

FORÇA AÉREA PORTUGUESA



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

2025

ESTADO-MAIOR

2026



É no cumprimento da responsabilidade pública e com sentido de compromisso, que a Força Aérea apresenta o Relatório de Atividades referente a 2025, que sintetiza as ações empreendidas, os avanços alcançados e os desafios enfrentados.

Num contexto internacional marcado pela rivalidade entre grandes potências, conflitos regionais, avanços tecnológicos e crescimento do investimento em defesa, a Força Aérea manteve-se firmemente empenhada na sua missão, assegurando a defesa do espaço aéreo nacional, honrando os compromissos internacionais de Portugal e servindo os portugueses.

Em 2025, a Força Aérea manteve-se continuamente em missão, contribuindo para assegurar a soberania nacional e participando na defesa militar da República, através do emprego continuado de Sistemas de Armas (SA) capazes e tripulações qualificadas. Também marcou presença além-fronteiras, honrando os compromissos de Portugal relativos à defesa coletiva e segurança cooperativa, materializados na participação nas Operações *Enhanced Air Policing*, *Sea Guardian*, *Assurance Measures* e *Noble Shield* da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), na cooperação com a agência FRONTEX da União Europeia (UE) e na participação na Operação IRINI também da UE. Durante o ano, apoiou a população em transporte aeromédico, busca e salvamento, repatriamentos e combate a incêndios, demonstrando elevada capacidade de resposta e compromisso com a proteção e salvaguarda da vida humana.

O ano de 2025 foi também um ano decisivo na modernização e reforço de meios, com a entrega de mais aeronaves C-130H e P-3C CUP+ modernizadas, com a receção do terceiro KC-390, receção de mais dois helicópteros UH-60 *Black Hawk* e dos primeiros cinco A-29N Super Tucano. Num marco histórico, a Força Aérea entrou pela primeira vez na dimensão espacial, com parcerias estratégicas e a aquisição do primeiro satélite, reforçando significativamente tanto as missões militares como as de apoio à população.

O ano de 2025 ficou marcado por mais um aumento nas horas de voo efetuadas e por um reforço significativo do orçamento. Este incremento contribuiu para colmatar necessidades acumuladas no passado, reforçando a sustentabilidade operacional e acelerando a edificação e modernização de capacidades. Contudo, persistem desafios relevantes ao nível dos recursos humanos, nomeadamente no recrutamento, fidelização e qualificação de efetivos, pelo que o importa continuar o progresso positivo alcançado em 2025 nesta área.

A Força Aérea mostrou estar à altura de proteger Portugal no ar e no espaço, servir os portugueses e representar o País com dignidade e excelência, junto dos nossos aliados.

Alfragide, 25 de março de 2026

O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Assinado no original

Sérgio Roberto Leite da Costa Pereira

General

I. Nota Introdutória	1
1. Enquadramento.....	1
II. Estratégia de Gestão da Força Aérea	3
1. Missão, Visão e Valores.	3
2. Objetivos Estratégicos, Objetivos Operacionais e Atividades	5
3. Indicadores e Metas Globais de Gestão.....	12
4. Mapa de Estratégia – Resultados Macro	12
III. Análise da Execução.....	15
1. Atividade Aérea Global	15
2. Recursos Humanos.....	19
3. Recursos Financeiros	34
IV. Edificação de Capacidades	42
1. Lei de Programação Militar	42
2. Lei das Infraestruturas Militares.....	52
V. Considerações Finais.....	53
SIGLAS.....	57
Anexo A - Índices de Concretização das Atividades.....	A-1
Anexo B – Tabelas de Recursos Humanos.....	B-1
Anexo C – Plano de Atividades 2023 (atividades com expressão orçamental).....	C-1

I. Nota Introdutória

1. Enquadramento

O planeamento e o controlo das atividades desenvolvidas pela Força Aérea, no cumprimento da Missão que lhe está legalmente atribuída, são enquadrados por dois importantes documentos de gestão: o Plano Anual de Atividades (PAA) e o Relatório Anual de Atividades (RAA). A elaboração destes dois documentos enquadra-se nas normas legais de desenvolvimento do Regime de Administração Financeira do Estado previstas no Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de junho, e são estruturados conforme o articulado no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

A estratégia de gestão que suporta a elaboração destes documentos tem como referência os Objetivos Estratégicos (OE) e as Linhas de Ação (LA), definidos na Diretiva Estratégica da Força Aérea (DEFA) 2025-2027, e as Atividades, através dos quais os Órgãos e Serviços identificam todas as ações a realizar, estruturando assim a forma como planeiam alcançar os resultados pretendidos.

O RAA de 2025 pretende dar a conhecer o nível de desempenho alcançado em 2025, tendo por base a execução da estratégia de gestão da Força Aérea, relatando para isso o percurso efetuado, avaliando os resultados e contribuindo, dessa forma, para a melhoria contínua do seu desempenho futuro.

De forma complementar, os resultados aqui analisados estão também refletidos, com maior profundidade analítica, noutros documentos, nomeadamente o Relatório de Objetivos e Indicadores de Gestão e o Relatório de Gestão. No seu conjunto, estes documentos traduzem, de forma clara e transparente, os resultados operacionais e as práticas de gestão desenvolvidas pela Força Aérea no cumprimento da Missão que lhe está atribuída.

Os resultados aqui divulgados refletem a evolução registada, numa perspetiva macro, em diversas áreas com relevância para a atuação da Força Aérea. Estes dados são comparados com os resultados de anos anteriores, de forma a permitir a verificação da evolução ocorrida nas principais atividades desenvolvidas. Para a avaliação dos resultados contribuíram os indicadores e metas de gestão definidos, que permitem determinar o grau de execução de atividades desenvolvidas globalmente pela Força Aérea.

A estrutura deste relatório assenta na análise da execução da atividade desenvolvida e na consequente apreciação, qualitativa e quantitativa, dos resultados globais alcançados em cada um dos OE definidos pela Força Aérea na Diretiva relativa ao planeamento.

Após um enquadramento inicial em torno da estratégia de gestão da Força Aérea, é efetuada uma análise das atividades realizadas durante o ano de 2025, nomeadamente no âmbito da atividade aérea global, dos recursos humanos, dos recursos materiais e financeiros e da edificação de capacidades militares.

A finalizar o presente relatório apresentam-se as principais ilações retiradas da análise efetuada às atividades essenciais desenvolvidas ao longo de 2025.

II. Estratégia de Gestão da Força Aérea

1. Missão, Visão e Valores.

A abrangência da Missão da Força Aérea é vasta e exige que esta seja capaz de operar em missões conjuntas e combinadas, devidamente treinada e preparada para gerar Poder Aéreo com meios adequados, operados por pessoas devidamente qualificadas e sustentados por uma logística agilizada, baseada numa estrutura modular que facilite processos de ativação expeditos.

A Força Aérea tem por missão principal¹ participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos da Constituição e da lei, sendo fundamentalmente vocacionada para a geração, preparação, aprontamento e sustentação de forças e meios da componente operacional do sistema de forças.

Incumbe ainda à Força Aérea:

- Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte;
- Participar nas missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses;
- Executar as ações de cooperação técnico-militar nos projetos em que seja constituída como entidade primariamente responsável, conforme os respetivos programas-quadro;
- Participar na cooperação das Forças Armadas com as forças e serviços de segurança, nos termos previstos na lei;
- Colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações;
- Cumprir as missões que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA);
- Disponibilizar os recursos humanos e materiais necessários ao exercício das competências cometidas à Autoridade Aeronáutica Nacional (AAN);
- Exercer a autoridade do Estado nas zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional e no alto-mar, nos termos da lei e do direito internacional;
- Assegurar o funcionamento do Serviço de Busca e Salvamento Aéreo (SBSA);

¹ Conforme o artigo 2º do Decreto-Lei n.º187/2014 de 29 de dezembro, alterado pelo artigo 60.º da secção III do Decreto-Lei n.º19/2022 de 24 de janeiro, que altera a Lei Orgânica da Força Aérea.

- Executar atividades no domínio da cultura, designadamente de preservação e divulgação do seu património.

Em síntese, a Força Aérea está ao serviço de Portugal e dos portugueses na defesa do espaço aéreo, assegurando a soberania nacional, a satisfação dos compromissos internacionais, a defesa coletiva e a segurança cooperativa, bem como na salvaguarda da vida humana e na melhoria da qualidade de vidas das populações.

O Valor da Missão da Força Aérea, enquanto contributo para a paz, segurança e estabilidade da vida em sociedade, é por natureza intangível. Contudo, pode ser expresso em função do produto operacional resultante de todas as atividades da Força Aérea.

O resultado das atividades efetuadas pode ser consubstanciado na capacidade operacional, tendo como finalidade assegurar, de forma simultânea e continuada, a vigilância e controlo do espaço aéreo, incluindo aeronaves de combate em elevada prontidão, vocacionadas para a execução de missões de luta aérea e meios aéreos para o reconhecimento, fiscalização e intervenção nos espaços de soberania sob responsabilidade e jurisdição nacional, a participação em Forças Nacionais Destacadas (FND), a projeção aérea e o apoio logístico e operacional de FND, bem como a execução de outras missões de interesse público, sem esquecer a participação nos esforços de segurança e defesa coletiva e a execução das ações acometidas à AAN.

Para a consecução deste desiderato é imperativo tornar a Instituição numa Força Aérea mais moderna, mais capaz, mais flexível, mais inclusiva, mais sustentável, mais motivada e resiliente, alinhada com o futuro, com meios, forças e organização adequadas, para que possa responder eficazmente às missões que lhe forem atribuídas ao serviço do País e dos seus cidadãos.

Tendo em conta os referenciais anteriormente identificados, a **Visão** do General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) para a Força Aérea foi definida da seguinte forma:

VISÃO

Afirmar uma Força Aérea forte, resiliente, inovadora e sustentável, como Instituição de referência que traduz a postura da Força Aérea no País e no Mundo, pela excelência da sua resposta, pronta e abnegada, assente nos valores da identidade nacional e das virtudes militares, mantendo como foco a Missão e o serviço ao País e ao cidadão.

A Visão expressa, tem como referência a Missão e é suportada num conjunto de Valores pelos quais devem rever-se todos os militares e civis que servem na Força Aérea e que tem como principais pilares a Honra, a Disciplina, a Lealdade, a Integridade, a Coesão, Camaradagem e o Espírito de Missão. Aos valores distintivos elencados, acresce um conjunto de outros valores que nos são

genéticos, tais como o Patriotismo, a Ética, a Coragem, o Mérito, a Valorização das Pessoas e a procura da Excelência, que estão presentes na forma de estar de quem serve Portugal na Força Aérea e sempre na procura da capacidade de resposta adequada às solicitações.

2. Objetivos Estratégicos, Objetivo Administrativo, Linhas de Ação e Atividades

Tendo como desiderato primordial o cumprimento da Missão, a estratégia da Força Aérea assenta na articulação entre todos os elementos do processo de planeamento e gestão de atividades, nomeadamente a definição de objetivos de nível estratégico e operacional, assim como indicadores e metas globais de gestão que permitam enquadrar e avaliar a execução de atividades. As metas de gestão e os indicadores são revistos anualmente e levam em consideração a execução de vários anos.

Neste contexto, para se atingirem os desígnios atinentes ao cumprimento da Missão, é necessário um rumo para a Força Aérea que promova a melhoria e a resposta apropriada aos diversos reptos, e só desta forma se preserva o prestígio e o cumprimento cabal da Missão que, considerando o permanente desenvolvimento dos ambientes internos e externos, é refletida nas seguintes Perspetivas de Gestão Estratégica:

- **Perspetiva Genética**, que reflete o planeamento estratégico de capacidades e de aplicação de forma **sustentada** e eficiente de recursos necessários na preparação da organização para os desafios futuros, de forma ao eficaz cumprimento da missão;
- **Perspetiva Estrutural**, que traduz e articula de forma **adequada** a estrutura organizacional e operacional como forma de influenciar eficazmente o produto operacional;
- **Perspetiva Operacional**, que explicita a **resposta** das capacidades multidomínio em contextos específicos, conjuntos, combinados ou interagências em missões e tarefas de cariz único militar ou no âmbito de apoio direto às populações;
- **Perspetiva de Missão eficaz**, que integra e combina as perspetivas anteriores com vista a fortalecer a Força Aérea como instituição de referência.

Associados a estas perspetivas estão objetivos de nível estratégico, que projetam o caminho a percorrer para a consecução da Missão da Força Aérea, visando a obtenção de eficiência e de excelência no desempenho das atividades. Nesse sentido, foram definidos na DEFA os seguintes OE:

- **OE1 – Reforçar a flexibilidade, a resposta e a articulação conjunta e interagências.** Este objetivo visa eliminar deficiências e melhorar o emprego das capacidades, forças e meios em cenários complexos, negados e difusos, quando integrados em operações militares conjuntas e ou combinadas, em missões específicas como defesa militar,

resposta a emergências, outras missões de apoio direto às populações ou na salvaguarda dos recursos nacionais. O efeito a atingir será o cumprimento das missões em tempo, com eficácia e em segurança.

- **OE2 – Preparar a Força Aérea para os desafios operacionais, organizacionais e sociais, atuais e emergentes.** Este objetivo pretende potenciar a capacidade da Força Aérea cumprir com eficácia a missão atribuída, mesmo em novas áreas de missão. O novo contexto de guerra na Europa, assim como as novas dinâmicas sociais, a questão ambiental e as dificuldades na captação de efetivos, exigem alterações transversais, em diversos níveis de decisão, nas formas como se geram e empregam os recursos, por forma a potenciar o produto operacional. O efeito a atingir será a capacitação da Força Aérea com meios resilientes, organização eficaz e processos inovadores, através de iniciativas, ao nível dos sistemas e de novas metodologias, que potenciem e promovam o cumprimento da missão.
- **OE3 – Melhorar a formação militar, o ensino e a investigação científica.** Este objetivo visa promover a melhoria da formação militar e o reconhecimento da qualidade do ensino e da formação ministrada pela Força Aérea, garantindo o enquadramento da investigação científica na especificidade das ciências militares aeronáuticas, tornando incontornável a ação da Força Aérea nesta área do conhecimento. O efeito a atingir será o reconhecimento externo de referência das pessoas formadas e qualificadas na Força Aérea e a sua integração plena na comunidade científica aeroespacial.
- **OE4 – Otimizar a gestão da organização com processos simples e eficazes suportados em sistemas de informação atuais e resilientes.** Este objetivo visa alterar o paradigma da centralização e da complexidade de processos. Pretende-se inovar, promovendo a simplificação e a agilidade na tomada de decisão, alavancadas pela ligação entre os sistemas físicos e virtuais e pelas áreas que caracterizam as organizações tipo 4.0, através de um processo de transição digital sustentado e apoiado, nomeadamente, na internet das coisas, sensores inteligentes, *cloud computing*, impressão 3D, entre outras. O efeito a atingir será a transformação digital da organização de forma a aumentar a produtividade e a eficiência dos recursos existentes.
- **OE5 – Consolidar as capacidades aeroespaciais para emprego de uma Força Aérea 5.^a geração em ambiente multidomínio.** Este objetivo visa priorizar a edificação de capacidades, credíveis e interoperáveis, para emprego em ambiente multidomínio, através da aplicação dos recursos financeiros em projetos que se enquadrem, efetivamente, nas capacidades do Sistema de Forças Nacional. Concomitantemente, deverá ser assegurada a edificação de capacidades para emprego noutras áreas de

missão, como o apoio direto às populações e o combate aos incêndios rurais. O efeito a atingir será a constituição de um sistema de capacidades adaptadas ao emprego em ambiente multidomínio e ao apoio à sociedade.

- **OE6 – Incrementar o potencial humano, através do aumento do seu efetivo e das suas competências.** Este objetivo visa melhorar o recrutamento e a fidelização, de forma a aumentar o efetivo para os limites legalmente previstos, e explorar as potencialidades das pessoas que sirvam o propósito da organização, promovendo o seu conhecimento e as suas competências. Sendo as pessoas um recurso escasso, cada vez mais disputadas pelas várias instituições presentes na sociedade, a forma mais assertiva e direta de as rentabilizar será na utilização plena das suas competências, do seu potencial e pela gestão preemptiva do seu talento. A gestão e a fidelização do talento, o incentivo à igualdade de oportunidades e o aumento da sua autonomia, suportada com condições e formas de reconhecimento da sua entrega, contribuirão para ganhos de eficiência e para a eficácia na operação, concorrendo para uma Instituição mais resiliente e para a transferência do conhecimento intergeracional. Os efeitos a atingir serão o aumento do efetivo, para os valores legalmente previstos, e o aproveitamento pleno do conhecimento e das competências das pessoas.

Paralelamente aos OE definidos na DEFA e em conformidade com o Regime da Administração Financeira do Estado e com o Ciclo Anual de Planeamento e Orçamento, relativos à elaboração de um PAA, tornou-se necessário identificar o seguinte OA que enquadra todas as atividades decorrentes da gestão corrente da Força Aérea:

- **OA – Garantir a gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais.** Este objetivo não integra, pela sua natureza, a DEFA, mas reveste-se como fulcral no planeamento e execução do orçamento da Força Aérea. Deverá refletir as atividades relacionadas com a gestão corrente da Força Aérea, tais como o planeamento, a programação, a execução, o controlo da operação e sustentação dos Sistemas de Armas (SA), certificação de aeronavegabilidade e demais atividades relacionadas com o apoio logístico, com a gestão de recursos financeiros e de recursos humanos, assim como o garante da segurança militar.

As LA são a forma mais direta de se atingirem os OE e o OA definidos, e enquadrar as Atividades a desenvolver. O OA decompõe-se em sete LA (LA0.1 a LA0.7) e cada OE é decomposto em três ou quatro LA, num total de 19, numeradas de LA1.1 a LA6.4. O primeiro dígito da numeração das LA permite identificar o OA (se for zero) ou cada um dos seis OE (LA1.X a LA6.X), permitindo

assim a fácil identificação do OE que lhe deu origem. Estas LA, devem ser entendidas como diretores das áreas de atividade. A metodologia seguida na sua elaboração privilegia uma abordagem centrada nos processos e não necessariamente associada às funções dos organismos primariamente responsáveis pela sua realização. Identificam-se na tabela seguinte, as Atividades que concorrem para a consecução das LA, e o seu respetivo fator de ponderação:

Tabela 1 – Relação entre LA e Atividades

Linhas de Ação	Atividades	Ponderação da Atividade
LA 0.1 Reforçar a capacidade de resposta imediate e flexível	A1.1 – Operação dos SA	30%
	A1.2 – Comando e Controlo aéreo	25%
	A1.3 – Apoio direto à atividade aérea	20%
	A1.4 – Sustentação dos SA	25%
LA 0.2 Potenciar a gestão eficiente dos recursos humanos	A2.1 – Gerir os efetivos militares e civis por forma a aproximar os quantitativos dos valores máximos preconizados	30%
	A2.2 – Recrutamento e seleção	25%
	A2.3 – Gestão administrativa	10%
	A2.4 – Executar a justiça e disciplina	10%
	A2.5 – Ação social e assistência religiosa	5%
	A2.6 – Apoio médico e psicológico	10%
	A2.7 – Preparação física e desportos	10%
LA 0.3 Garantir logística robusta e dinâmica	A3.1 – Gestão de infraestruturas e equipamentos	35%
	A3.2 – Assegurar a função abastecimento e intendência	30%
	A3.3 – Assegurar a função transporte e gestão de viaturas	25%
	A3.4 – Ações de ajustamento ao dispositivo, decorrentes da implementação do Aeroporto Complementar de Lisboa	10%
LA 0.4 Fomentar cultura de segurança	A4.1 – Segurança rodoviária	30%
	A4.2 – Segurança de voo e segurança no trabalho	70%
LA 0.5 Incrementar fontes de financiamento diversificadas	A5.1 – Cooperação bilateral e multilateral	50%
	A5.2 – Cooperação no Domínio da Defesa	50%
LA 0.6 Otimizar a gestão com uma organização adaptativa suportada em si atuais e resilientes	A6.1 – Gestão orçamental e financeira	55%
	A6.2 – Processamento de abonos	45%

Linhas de Ação	Atividades	Ponderação da Atividade
LA 0.7 Assegurar planos de controlo, inspeções e prevenção e investigação de acidentes	A7.1 – Controlo e inspeção	30%
	A7.2 – Prevenção e investigação de acidentes	30%
	A7.3 – Segurança militar	40%
LA 1.1 Incrementar a participação em exercícios conjuntos e combinados	A8.1 – Empenhamento de forças e meios em exercícios conjuntos e combinados	55%
	A8.2 – Curso de avaliador TACEVAL e OPVAL	45%
LA 1.2 Melhorar a eficácia no emprego das Capacidades Aeroespaciais	A9.1 – Otimizar o modelo de gestão de meios aéreos para o combate a incêndios rurais (DECIR)	50%
	A9.2 – Rever Conceitos de Operação (CONOPS) e doutrina de emprego de forças e meios aéreos	50%
LA 1.3 Garantir forças e meios destinados ao aprontamento, sustentação e emprego em operações aeroespaciais e na geração de poder aéreo, maximizando o treino operacional e o recurso a sistemas avançados/modernos de simulação	A10.1 – Projeto piloto para desenvolver simulação com realidade aumentada para mecânicos e pilotos, como treino complementar (INOV)	10%
	A10.2 – Definir conceito de operações com recurso a sistemas de simulação	5%
	A10.3 – Definir conceito de operações do módulo expedicionário de forças para operações contra forças de superfície	10%
	A10.4 – LPM - Robustecer a projeção, proteção e operacionalidade de forças	60%
	A10.5 – Implementar sistemas <i>Live Virtual Constructive</i> (LVC) nas capacidades militares, integrando a aeronave F16 em voo com o <i>Deployable Affordable Readiness Trainer</i> (DART) (INOV)	10%
	A10.6 – Micro UAS para vigilância de unidades militares (INOV)	5%
LA 2.1 Promover a imagem da Força Aérea através da divulgação da missão, dos valores e da cultura, enaltecendo a importância do cidadão na defesa e ao serviço de Portugal	A11.1 – Melhorar a comunicação estratégica (STRACOM)	100%
LA 2.2 Implementar a estratégia genética e estrutural da Força Aérea, plasmada no documento “Transformação do Poder Aeroespacial Nacional 2024-30”	A12.1 – Elaborar o Plano Estratégico da Força Aérea	20%
	A12.2 – Elaborar documento da Estratégia de Longo Prazo	20%
	A12.3 – Acompanhar nas atividades da edificação e revisão da Doutrina Militar Conjunta	45%
	A12.4 – Definir o modelo do Estado-Maior	15%
LA 2.3 Privilegiar as fontes de energias renováveis e a adoção de práticas amigas do ambiente nos domínios do ar, ruído, água, solo, biodiversidade e habitats naturais	A13.1 – Melhoria do desempenho e proteção ambiental	45%
	A13.2 – Aumento da eficiência energética	55%

Linhas de Ação	Atividades	Ponderação da Atividade
LA 3.1 Adequar os modelos de formação militar e ensino às necessidades efetivas da Força Aérea e das estruturas da Defesa Nacional	A14.1 – Consolidação do ensino superior militar	30%
	A14.2 – Dinamizar a formação militar e técnica	25%
	A14.3 – Ministrando instrução de pilotagem e navegação	30%
	A14.4 – Valorização e aumento de competências	15%
LA 3.2 Expandir as áreas de investigação para domínios conjuntos do Espaço e do Ciberespaço, explorando o desenvolvimento de tecnologias emergentes e disruptivas para aplicação em operações militares	A15.1 – Definir propostas de projetos a desenvolver nas áreas do Espaço e do Ciberespaço (AFA e IUM) (INOV)	55%
	A15.2 – Realizar eventos sobre a integração do espaço nas operações aéreas	45%
LA 3.3 Contribuir para a Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID) e para o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN)	A16.1 – Estabelecer parcerias com <i>providers</i> tecnológicos, no âmbito da investigação e desenvolvimento (I&D)	60%
	A16.2 – Desenvolver iniciativas com a Academia para desenvolvimento de tecnologias de duplo uso	40%
LA 4.1 Promover a transição digital e a desmaterialização de processos	A17.1 – Aumentar a taxa de Sistemas de Informação (SI) modernizados	100%
LA 4.2 Aumentar e fortalecer a resiliência dos sistemas de informação da gestão e do C2	A18.1 – Gestão de megadados na nuvem	40%
	A18.2 – Atividades dedicadas à Cibersegurança e Ciberdefesa	25%
	A18.3 – Expansão da rede segura de comunicações da Força Aérea (LPM)	35%
LA 4.3 Dinamizar o envolvimento em projetos inovadores fomentando a cultura da mudança e da melhoria contínua	A19.1 – Loja online de fardamento	20%
	A19.2 – Desenvolver uma aplicação para eliminar processamento de guias de marcha em papel	20%
	A19.3 – Implementar e consolidar o sistema de gestão documental <i>Edoclink</i>	20%
	A19.4 – Robustecer a arquitetura tecnológica de suporte aos Sistemas de Informação (SI), nomeadamente nas áreas de ciberdefesa, armazenamento, processamento e postos de trabalho	20%
	A19.5 – Desenvolver um sistema de Gestão Estratégica	20%
LA 5.1 Reforçar a capacidade de C4ISR e de análise do domínio aeroespacial com sistemas e plataformas robustas e resilientes assentes em conceitos de emprego nacional conjunto e alinhados com os requisitos de interoperabilidade da NATO	A20.1 – Modernização das redes de comunicações e sistemas criptográficos da Força Aérea (LPM)	40%
	A20.2 – Planear a modernização do sistema <i>Tactical Data Link</i> (Link 16 e Link 22) das plataformas terrestres (LPM)	60%

Linhas de Ação	Atividades	Ponderação da Atividade
LA 5.2 Aumentar as capacidades específicas para operações multidomínio, conferindo as características técnicas e operacionais, de uma Força Aérea de 5.ª geração, adaptadas aos requisitos para emprego em operações de luta aérea, ataque, mobilidade aérea, recuperação e integração na força	A21.1 – Implementação de SATCOM nos sistemas de armas (LPM)	30%
	A21.2 – Implementação de IFF Modo 5 nos sistemas de armas (LPM)	20%
	A21.3 – Implementação de sistema de deteção de drones (counter-UAS)	25%
	A21.4 – Coordenar e planear a revisão da LPM no ano de 2025	25%
LA 5.3 Aperfeiçoar o modelo de edificação de capacidades baseado numa cultura de gestão de projetos e na aplicação eficaz dos recursos financeiros	A22.1 – Candidaturas a projetos cofinanciados	20%
	A22.2 – Renovação e aquisição de equipamentos para as Capacidades Militares	30%
	A22.3 – Edificação e reabilitação das infraestruturas militares	30%
	A22.4 – Elaborar o Plano Estratégico de edificação de Capacidades Militares da Força Aérea	15%
	A22.5 – Centro de experimentação de UAS (INOV)	5%
LA 6.1 Reforçar os conhecimentos e as competências do capital humano da Força Aérea nas áreas das ciências, técnicas e tecnologias militares aeroespaciais	A23.1 – Oficiais com curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) a desempenhar funções de Estado-Maior	40%
	A23.2 – Percurso de formação e qualificação	35%
	A23.3 – Ciclo conferências e/ou seminários sobre a temática do "Pensamento Estratégico"	25%
LA 6.2 Explorar o potencial de pessoas envolvendo-as em projetos e iniciativas que promovam a inovação aberta garantindo o seu reconhecimento e criando condições para testar, implementar e ajustar as iniciativas	A24.1 – <i>Think Tank</i> da Inovação	30%
	A24.2 – Prémio "Inovação Força Aérea"	30%
	A24.3 – Rever a estrutura de quadros especiais da Força Aérea	40%
LA 6.3 Rever o modelo de recrutamento, formação e retenção de militares, de forma a atingir os efetivos legalmente definidos	A25.1 – Plano de captação, recrutamento e retenção de militares da Força Aérea	80%
	A25.2 – Desenvolver anualmente um inquérito e respetivo estudo sobre a motivação e bem-estar dos militares da Força Aérea	20%
LA 6.4 Promover uma cultura de gestão do talento na Força Aérea, bem como de igualdade de oportunidades	A26.1 – Plano Setorial para a igualdade de género	100%

Releva-se que, considerando o cumprimento das LA² o garante da concretização dos OE, são estabelecidos anualmente na Diretiva de Objetivos e Indicadores de Gestão (Diretiva n.º 02/CEMFA/2025, de 09 de janeiro), os coeficientes de ponderação que definem a relevância de cada

² As Linhas de Ação (LA) anteriormente eram designadas por Objetivos Operacionais (OB).

LA na concretização da estratégia global da Força Aérea, ou seja, o peso de cada LA em cada OE, como refletido na tabela 2.

Tabela 2 – Ponderação de LA em cada OE

OE	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OA
LA 0.1	5%	3%	1%	1%	5%	1%	7%
LA 0.2	2%	2%	1%	1%	1%	2%	16%
LA 0.3	2%	1%	1%	1%	1%	1%	16%
LA 0.4	1%	1%	1%	1%	1%	1%	5%
LA 0.5	1%	1%	1%	1%	1%	1%	10%
LA 0.6	2%	1%	1%	5%	3%	1%	16%
LA 0.7	1%	1%	1%	1%	1%	1%	5%
LA 1.1	24%	2%	1%	1%	4%	1%	2%
LA 1.2	18%	3%	1%	1%	2%	1%	1%
LA 1.3	18%	3%	1%	1%	2%	1%	5%
LA 2.1	1%	15%	1%	1%	1%	1%	1%
LA 2.2	2%	25%	2%	2%	1%	1%	1%
LA 2.3	1%	15%	1%	1%	1%	1%	1%
LA 3.1	2%	3%	25%	1%	1%	5%	1%
LA 3.2	2%	3%	15%	3%	2%	2%	1%
LA 3.3	1%	3%	15%	3%	2%	1%	1%
LA 4.1	1%	3%	4%	20%	4%	1%	2%
LA 4.2	2%	2%	2%	15%	5%	1%	1%
LA 4.3	2%	2%	6%	20%	3%	1%	1%
LA 5.1	5%	1%	1%	2%	20%	1%	1%
LA 5.2	2%	1%	1%	2%	15%	1%	1%
LA 5.3	1%	2%	5%	5%	20%	3%	1%
LA 6.1	1%	2%	6%	2%	1%	20%	1%
LA 6.2	1%	3%	3%	5%	1%	20%	1%
LA 6.3	1%	1%	2%	3%	1%	15%	1%
LA 6.4	1%	1%	1%	1%	1%	15%	1%

3. Indicadores e Metas Globais de Gestão.

Por forma a orientar e tornar mais tangível a execução das atividades planeadas em 2025 e a utilização dos recursos disponíveis, estão também definidos na Diretiva de Objetivos e Indicadores de Gestão, indicadores e metas globais de gestão, em áreas de especial interesse ou impacto no resultado operacional da Força Aérea. Desta forma é possível conferir mensurabilidade, objetividade e uniformização ao reporte da execução das atividades planeadas, permitindo assim avaliar os níveis de eficácia, eficiência e qualidade obtidos.

4. Mapa de Estratégia – Resultados Macro

Tendo em consideração todos os elementos acima expostos, constantes do processo de planeamento e gestão de Atividades, e após recolha dos dados referentes à execução dos vários

indicadores, é possível traduzir de forma quantificável o nível de concretização da Estratégia da Força Aérea em 2025.

As Perspetivas de Gestão são retiradas do Mapa da Estratégica 2022-2025, refletido na figura 1, e os valores atingidos em 2025 são os a seguir apresentados.

- **Genética Sustentada – 79,2%**
($0,1 \times LA0.4 + 0,1 \times LA0.7 + 0,15 \times LA2.1 + 0,3 \times LA2.2 + 0,1 \times LA6.1 + 0,15 \times LA6.2 + 0,1 \times LA6.4$)
- **Estrutural Adequada – 80,0%**
($0,15 \times LA0.2 + 0,15 \times LA0.3 + 0,2 \times LA3.1 + 0,1 \times LA3.2 + 0,1 \times LA3.3 + 0,1 \times LA5.3 + 0,2 \times LA6.3$)
- **Operacional com Resposta – 69,3%**
($0,45 \times LA0.1 + 0,2 \times LA1.1 + 0,20 \times LA1.3 + 0,15 \times LA5.2$)
- **Missão Eficaz – 87,6%**
($0,05 \times LA0.5 + 0,05 \times LA0.6 + 0,35 \times LA1.2 + 0,05 \times LA2.3 + 0,15 \times LA4.1 + 0,1 \times LA4.2 + 0,1 \times LA4.3 + 0,15 \times LA5.1$)

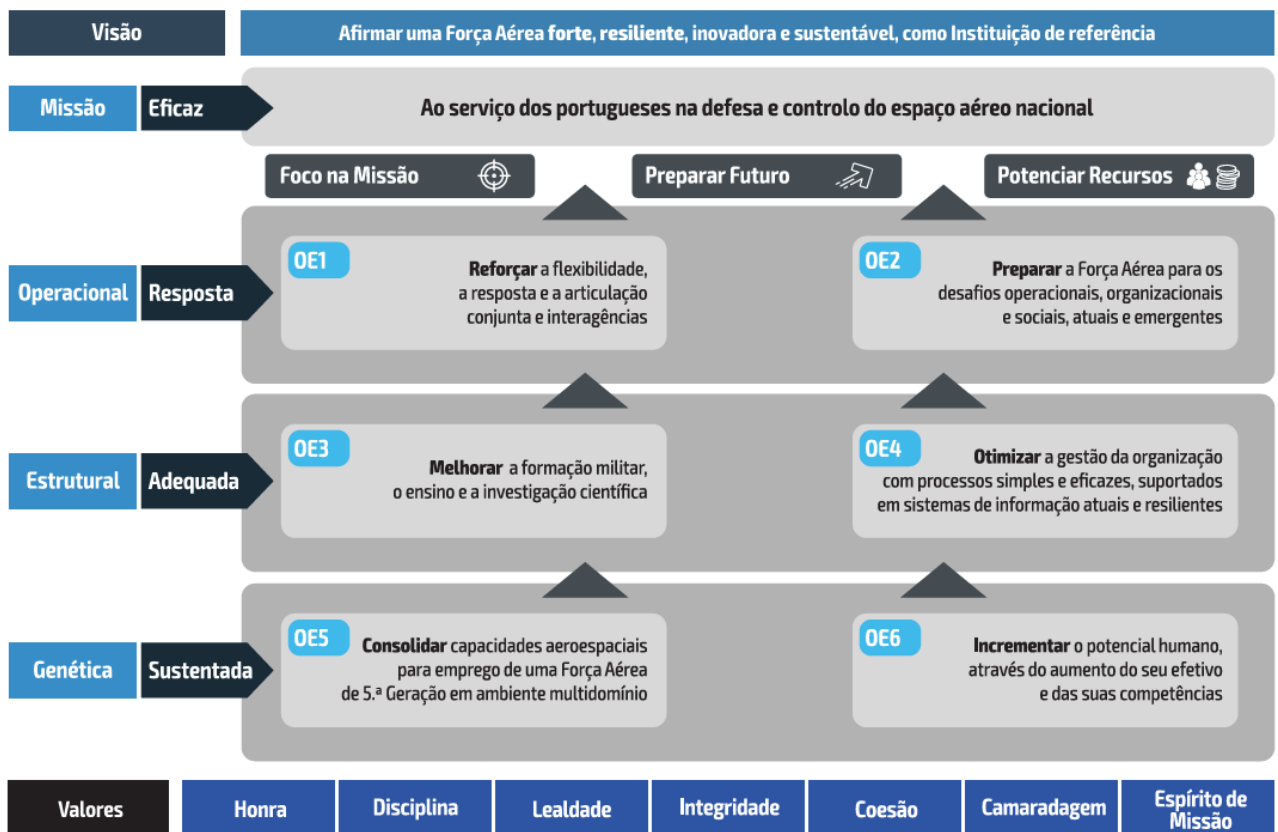


Figura 1 – Mapa da Estratégia 2025-2027

Associados às Perspetivas de Gestão estão os OE e LA/OB, que projetam o caminho a percorrer para a consecução da Missão da Força Aérea, visando a obtenção de eficiência e de excelência no desempenho das atividades. O grau de cumprimento dos OE e OA foi o seguinte:

- **OE1** – 77,2%
- **OE2** – 80,5%
- **OE3** – 74,7%
- **OE4** – 84,5%
- **OE5** – 82,8%
- **OE6** – 72,5%
- **OA** – 85,2%

A média de concretização das Linhas de Ação situou-se nos 79,8%, sendo o grau de cumprimento em cada Linhas de Ação o seguinte:

Tabela 3 – Percentagem de cumprimento das LA

LA 0.1	LA 0.2	LA 0.3	LA 0.4	LA 05	LA 0.6	LA 0.7	LA 1.1	LA1.2	LA 1.3	LA 2.1	LA2.2	LA 2.3
58,1%	79,3%	95,9%	68,1%	96,1%	99,7%	87,2%	63,3%	86,5%	79,4%	65,3%	100,0%	73,4%
LA 3.1	LA 3.2	LA 3.3	LA 4.1	LA 4.2	LA4.3	LA 5.1	LA 5.2	LA5.3	LA 6.1	LA6.2	LA 6.3	LA 6.4
76,2%	77,5%	57,5%	98,7%	60,0%	100,0%	87,0%	95,6%	81,7%	33,9%	70,0%	83,6%	100,0%

Os resultados obtidos na execução da Estratégia em 2025 indicam um bom desempenho, demonstrando que a Força Aérea, apesar dos desafios, conseguiu manter uma performance sólida.

No Anexo A encontram-se descritos os índices de concretização das atividades realizadas em 2025. É com base nos indicadores estabelecidos que se apresenta em seguida uma análise detalhada da execução das atividades da Força Aérea, tendo por base os vetores fundamentais da atividade aérea global, dos recursos humanos, dos recursos materiais e financeiros e da edificação de capacidades militares.

III. Análise da Execução

1. Atividade Aérea Global

O produto operacional da Força Aérea, porquanto diverso, encontra maior evidência na atividade aérea, traduzida em horas de voo (HV) efetuadas no cumprimento da missão, com recurso a aeronaves prontas para voo e tripulações qualificadas. Esta atividade aérea, enquadra-se em quatro áreas de atuação:

- Vigilância e Controlo do Espaço Aéreo Nacional;
- Patrulhamento e Fiscalização do Espaço Interterritorial;
- Segurança Cooperativa;
- Segurança Humana.

A **Vigilância e Controlo do Espaço Aéreo Nacional** concretiza-se com a atuação em permanência de radares de vigilância e deteção, de sistemas de Comando e Controlo (C2) e de aeronaves de interceção aérea em ações de policiamento aéreo. Esta área de missão visa contribuir para as ações de soberania nacional e, enquanto contributo nacional, para a segurança coletiva da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), designadamente no sistema de defesa aérea comum e integrado, o *NATO Integrated Air and Missile Defense System* (NATINAMDS).

O **Patrulhamento e a Fiscalização do Espaço Interterritorial** foram executados através das atividades anteriores, complementadas com meios aéreos de vigilância, deteção e reporte, incluindo fiscalização e controlo de pescas e de atividades ilegais, tais como a poluição marítima, o tráfico de estupefacientes e a imigração ilegal. Também a exploração ilegítima de recursos nacionais no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP) por meios navais militares ou civis estrangeiros foi alvo destas missões.

O contributo para a **Segurança Cooperativa** refletiu o contributo equilibrado e abrangente de Portugal para o ambiente de segurança regional e global, no respeito dos compromissos internacionalmente assumidos no âmbito das organizações de que faz parte, demonstrando uma preocupação evidente com os desafios securitários que se manifestam na região do Sul da Europa, Mediterrâneo e África, e no quadro da Aliança Atlântica o compromisso de solidariedade com o Leste da Europa.

A **Segurança Humana** é promovida através de um sistema de C2, de meios aéreos e tripulações com preparação para o policiamento aéreo do EEINP, auxílio às populações, busca e salvamento, evacuação sanitária, cooperação com as organizações de proteção civil e com organizações internacionais. Neste contexto, destacam-se o apoio prestado à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) para coordenação no emprego dos meios no combate aos incêndios rurais

e o contributo com meios do Sistema de Forças Nacionais (SFN) no âmbito do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR).

No que concerne ao Produto Operacional, nas vertentes de **Soberania Nacional e Segurança Humana** no EEINP, é possível constatar na tabela 4, o contributo efetuado nas várias áreas de atuação, nomeadamente através das missões de defesa aérea, evacuação médica, busca e salvamento e missões de transporte de órgãos.

Tabela 4 – Produto Operacional - Missões de Soberania e Segurança Humana no EEINP

Tipologia	Missões		Horas de Voo
Vigilância do Espaço Aéreo	233		946:40
Evacuações Sanitárias	645 Missões	831 Doentes	1.601:25
Evacuações a Navios	42 Missões		148:10
Busca e Salvamento	72 Missões	55 Salvamentos	385:30
Transporte de Órgãos	36 Missões		134:30
Total	804 Missões		3.196:15

Assinala-se ainda o esforço efetuado na participação em missões internacionais, com impacto significativo na relevância de Portugal enquanto contribuinte efetivo para a segurança cooperativa e humana (tabela 5).

Tabela 5 – Missões Internacionais

Operação	Unidades	Sistemas de	Número	Horas
Entidade	Aéreas	Armas	de Saídas	de voo
Enhanced Air Policing - NATO	201 e 301	F-16M	279	480:00
FRONTEX - EU	502	C-295M	71	380:00
IRINI - EU	601	P-3C CUP+	14	80:00
Operation Sea Guardian - NATO	601	P-3C CUP+	13	80:00
Operation Noble Shield - NATO	601	P-3C CUP+	13	80:00
Assurance Measures - NATO	601	P-3C CUP+	12	80:00
AMLEP – Fiscalização Conjunta dos Espaços Marítimos de São Tomé e Cabo Verde - Bilateral	601	P-3C CUP+	13	80:00
Total			346	1260:00

Numa perspetiva de emprego dos SA no cumprimento das missões atribuídas, e dentro dos condicionalismos originados pelas limitações orçamentais a que a Força Aérea foi sujeita nos anos anteriores, garantiu-se um regime de prontidão de 24 horas/dia nos 365 dias do ano com meios aéreos e com tripulações qualificadas para os vários tipos de missão.

Este nível de prontidão, expresso por meios em alerta permanente, tal com em anos anteriores, envolveu diariamente uma média de 16 aeronaves (incluindo aeronaves de reserva) para empenhamento imediato (i.e. *Quick Reaction Alert (QRA)* / Busca e Salvamento (SAR) / Transporte

de Órgãos /Evacuação Aeromédica) e mais de 600 militares (cerca de 10% do efetivo máximo aprovado) das áreas de manutenção, tráfego aéreo, assistência e socorro (bombeiros), apoio médico e polícia aérea, em missões de soberania e de segurança humana em favor do interesse público. Parte significativa dessa atividade foi desenvolvida em regime de destacamento permanente, com o acréscimo de complexidade logística e inerente desgaste associado.

As metas traçadas para 2025 focaram-se nos compromissos assumidos e na manutenção de capacidades, implicando um esforço para assegurar a sustentabilidade dos SA em termos logísticos e de manutenção.

A concretização do regime de esforço (RE) previsto, não se verificou devido à baixa disponibilidade de aeronaves prontas para voo (apesar da melhoria face aos anos anteriores) e ao impacto da falta de pessoal, que tanto afetou a disponibilidade de tripulações como a disponibilidade de pessoal de manutenção. Ainda assim, foi possível manter a recuperação das HV efetuadas quando comparado com os anos anteriores, tendo-se atingido o maior valor da última década, com 20.178HV.

A recuperação prevista para 2025, no sentido de aumentar o número de aeronaves prontas para voo e suportar um RE planeado de 24.048 HV, conducente à recuperação do número de tripulações prontas e qualificadas, acabou por ser parcial, face ao referido nos pontos anteriores e como plasmado no gráfico seguinte. Regista-se um aumento do orçamento do RE em 2025 face aos anos anteriores, que se deveu sobretudo ao reforço orçamental intercalar com objetivo de alcançar a meta de 2% do PIB em Defesa.

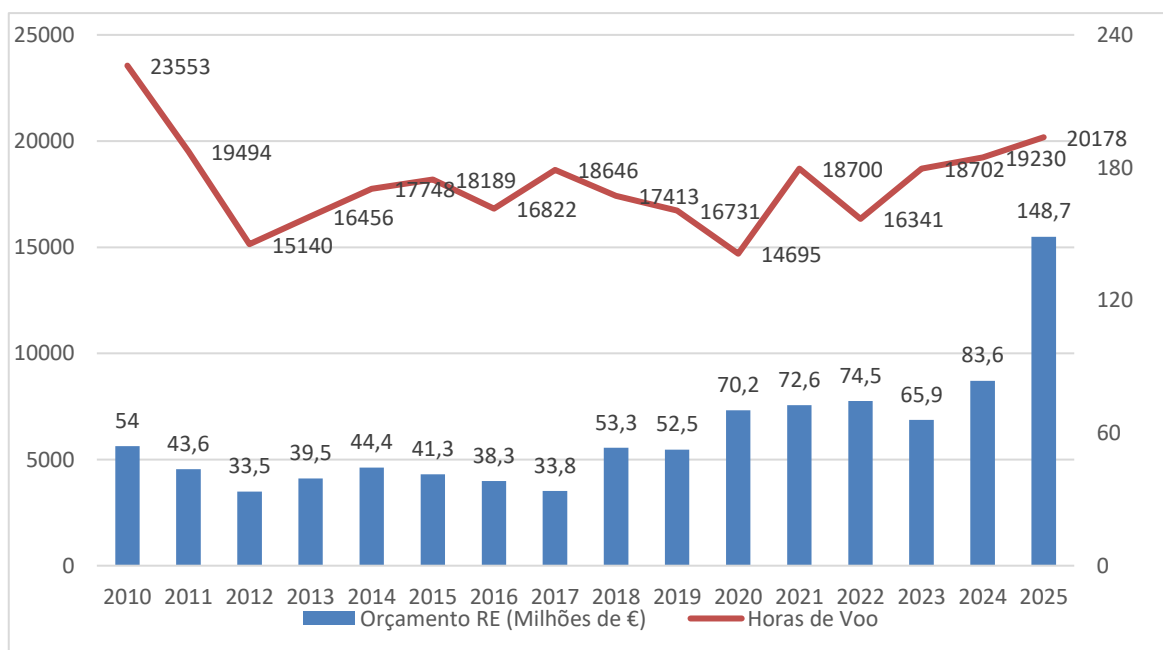


Gráfico 1 – Horas de Voo vs. financiamento do RE³.

³ Entre 2020 e 2024 os valores de financiamento incluem verbas do programa de alienação de aeronaves F-16M à Roménia.

Atendendo ao valor orçamental de referência necessário para operar de forma sustentada os SA (para 23 mil HV/Ano) – situado em cerca de 70 milhões de euros (a preços de 2013), verifica-se, desde então, que o **valor médio** é inferior à referência, como se pode observar na tabela 6, notando-se contudo um substancial aumento em 2025, há muito necessário.

Tabela 6 – Indicadores globais de operação

Ano	Despesa ⁴	HV Planeadas	HV Realizadas
2013	39,5 M€	16.742	16.456
2014	44,4 M€	18.212	17.748
2015	41,3 M€	18.535	18.189
2016	38,3 M€	17.700	16.822
2017	33,8 M€	18.500	18.646
2018	53,3 M€	18.030	17.413
2019	52,5 M€	18.610	16.731
2020	70,2M€	18.663	14.695
2021	72,6M€	19.300	15.152
2022	74,5 M€	20.116	16.341
2023	65,9 M€	22.138	18.702
2024	83,6 M€	22.749	19.302
2025	148,7 M€	24.048	20.178

Estes valores têm levado ao acumular de um défice de regeneração do potencial e, por conseguinte, à manutenção de um número de aeronaves prontas para voo significativamente abaixo do necessário. Esta situação resulta do facto de se estar a esgotar/consumir o potencial de aeronaves, motores e equipamentos em operação, muitas vezes com recurso a canibalizações, sem que exista capacidade de repor/investir no sentido de compensar o potencial consumido, o que apenas poderá ser mitigado a médio prazo e com o financiamento adequado. A entrada ao serviço de novas aeronaves (KC-390 e UH-60) está a permitir aumentar as HV, mas aumenta também o financiamento necessário para sustentação.

A atividade aérea realizada pode ser distribuída em Modalidades de Ação, de natureza Operacional (45%), Qualificação/Treino (35%) e Instrução (20%), tal como apresentado no gráfico 2. Mantém-se, neste ponto, a estabilização destes valores face aos anos anteriores, mantendo-se a prevalência da atividade operacional em prejuízo da manutenção de qualificações, o que poderá afetar o número e nível de qualificação de tripulações.

⁴ Inclui despesas em sustentação do SA e combustível para operação, excluindo encargos inerentes à sustentação dos Sistemas de Armas EH-101 e C-295M. Entre 2020 e 2025 os valores de despesa incluem verbas do programa de alienação de aeronaves F-16M à Roménia.

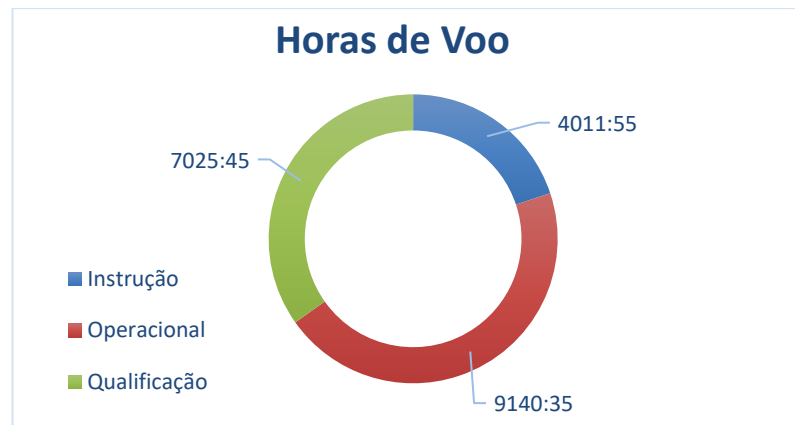


Gráfico 2 – Distribuição do RE por modalidades de ação

As 20.178 HV efetuadas representam um acréscimo de 876 HV face ao ano anterior. O facto de terem apenas sido voadas 84% das horas planeadas para este ano deveu-se, em larga medida, à exigente meta traçada e, em menor escala, à continuação das limitações na operação decorrentes da baixa disponibilidade de aeronaves prontas para voo e ao impacto da falta de pessoal, que afetou tanto a disponibilidade das tripulações como a disponibilidade de pessoal de manutenção.

Tabela 7 – Horas de Voo por Unidade Aérea no ano de 2025

Unidade Aérea (UA)	Aeronave	HV Planeadas	HV Realizadas	Rácio Real/Plan
101	TB-30	3500:00	3498:10	100%
201/301	F16-M	3500:00	2644:55	76%
501	C-130	1000:00	1034:45	103%
502	C-295	2872:00	2567:25	89%
504	FALCON 50	800:00	889:30	111%
504	FALCON 900B	400:00	308:40	77%
506	KC390	1800:00	1248:05	69%
551	UH-60	2256:00	917:05	41%
552	AW119	1750:00	1845:20	105%
601	P3-C	1200:00	1402:00	117%
751/752	EH-101	2250:00	2225:50	99%
802	DHC-1	1000:00	931:05	93%
802	ASK21	0:00	31:30	N/A
991	OGS42VN	1720:00	633:55	37%
	TOTAL	24048:00	20178:15	84%

2. Recursos Humanos

A Força Aérea consciente que o grau de sucesso da organização depende do valor dos seus recursos humanos, recorre a uma política de gestão de pessoal assente na satisfação das necessidades organizacionais, nas oportunidades de carreira, no desenvolvimento de competências e na motivação dos seus quadros.

De modo a obter e sustentar o número de efetivos previstos para o cumprimento da sua missão, a política e a gestão de pessoal da Força Aérea procuram o comprometimento de todos, num processo rumo à excelência do desempenho, promovendo a valorização do potencial humano através da formação militar e técnica, com treino continuados e de qualidade, baseado nos valores e na busca de propósitos comuns, encorajando e apoiando, simultaneamente, a iniciativa, a criatividade e a gestão dos riscos, de forma a potenciar a motivação e a fidelização das pessoas, ou a sua inserção no mercado de trabalho.

Contudo, para garantir esta sustentação, são essenciais o contributo e o apoio da tutela, que tem um papel igualmente determinante na implementação da política e na gestão do pessoal, através da aprovação dos efetivos militares e civis, conforme decorre da legislação aplicável.

A reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas – Reforma “Defesa 2020” impôs a adoção de medidas que resultaram numa redução generalizada de efetivos. Tendo por base a meta definida no âmbito desta Reforma, a Força Aérea deveria ter, em 2020, e excluindo o pessoal em formação, um efetivo entre 5.752 (referência de 30.000 de efetivos nas Forças Armadas) a um máximo de 6.135 militares (referência de 32.000 de efetivos nas Forças Armadas) a desempenhar funções na Estrutura Orgânica das Forças Armadas. A acrescentar a estes números estão os efetivos necessários para dar resposta aos novos SA, às novas capacidades aeroespaciais de uma Força Aérea preparada para operar em ambiente multidomínio, e para dar resposta a missões entretanto atribuídas à Força Aérea no âmbito da salvaguarda de pessoas e bens (DECIR e apoio ao INEM), assim como o contributo do ramo para o desenvolvimento das capacidades de Ciberdefesa.

Nos últimos anos o número de efetivos militares prontos para a missão tem registado uma queda acentuada e persistente, ficando constantemente muito abaixo do previsto. Contudo, a 31 de dezembro de 2025 esse número atingiu os 4.830 militares, valor significativamente superior aos 4.616 militares registados no ano anterior, o que poderá indiciar uma eventual inversão de ciclo.

Como se pode observar no gráfico 3, é necessário proceder a um aumento de 1.305 efetivos, 575 para os Quadros Permanentes (QP) e 730 para o Regime de Contrato (RC) e Regime de Contrato Especial (RCE) para se atingir o valor previsto da Reforma “Defesa 2020”.

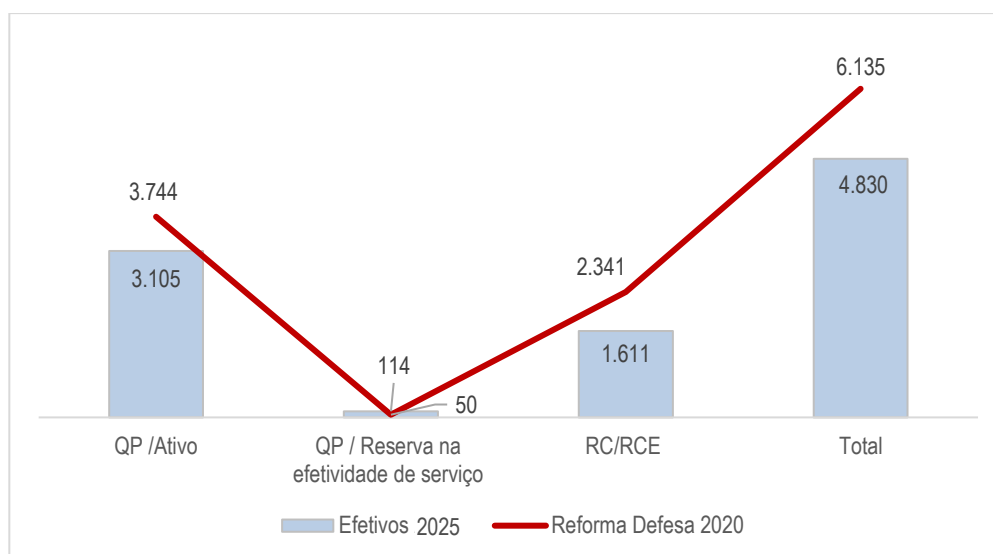


Gráfico 3 – Efetivos na Estrutura Orgânica das Forças Armadas (EOFA) em 2025 face ao objetivo de 2020

Nota: Os 6.135 militares previstos na Reforma "Defesa 2020" não acomodam ainda as novas missões em ambiente multidomínio, novos sistemas de armas, Ciberdefesa, DECIR e apoio ao INEM, que o quadro orgânico/Matriz Estrutural de Pessoal (MEP) da Força Aérea (aprovado em novembro de 2024), contempla.

A Força Aérea tem procurado alterar os rácios QP/RC com o objetivo de reduzir os custos com pessoal, ajustando as funções, as qualificações e a faixa etária nas várias áreas que concorrem para o cumprimento da missão. Ainda assim, apesar do aumento de 214⁵ militares face ao ano anterior, o atual défice, superior a 1.300 militares, tem continuado a trazer consideráveis limitações ao cumprimento da missão, oriundas das dificuldades no recrutamento e fidelização. Para mitigar este défice de efetivos, tem sido exigido um esforço adicional aos militares e civis, por acumulação de funções, sem que as qualificações tenham sido alteradas. Tal origina, por um lado, uma sobrecarga e desgaste que pode conduzir à desmotivação e o eventual abate aos quadros, e por outro, provoca um redirecionamento de elementos qualificados e experientes para tarefas que exigem menos qualificações.

Para contornar esta situação considera-se necessário um impulso adicional com a admissão gradual de militares para o RC e a aplicação do RCE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro, na sua redação atual.

Os gráficos 4 e 5 mostram a distribuição por categorias, e por pessoal na efetividade de serviço *versus* na reserva, dos quadros da Força Aérea.

Ressalva-se que os dados plasmados no presente documento reportam a 31 de dezembro de 2025 e podem ser consultados com mais detalhe no Anexo B deste relatório.

⁵ Militares na Estrutura Orgânica das Forças Armadas, no ativo e na reserva na efetividade de serviço.

Total Efetivos na EOFA: 4830

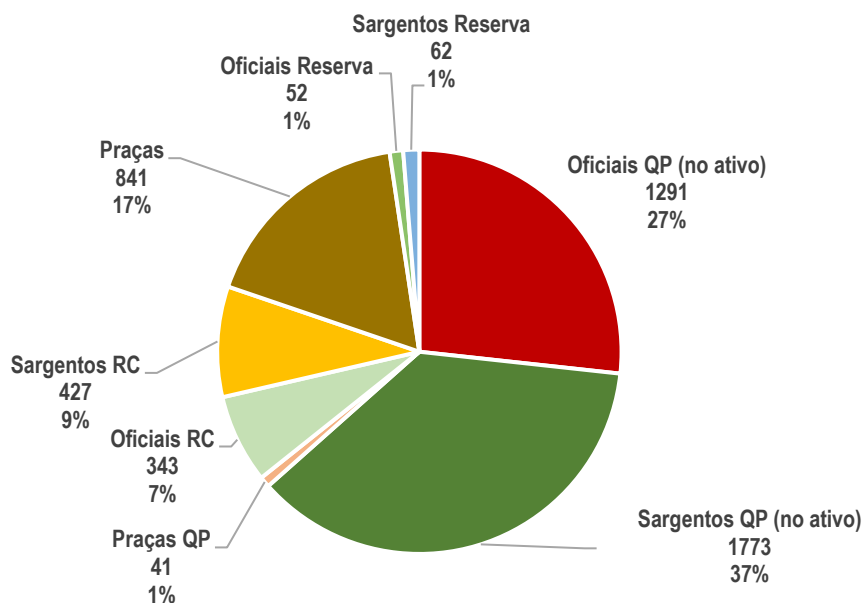


Gráfico 4 – Total de Efetivos 2025 QP e RC, na efetividade, na Estrutura Orgânica das Forças Armadas

Total Pessoal: 7.504

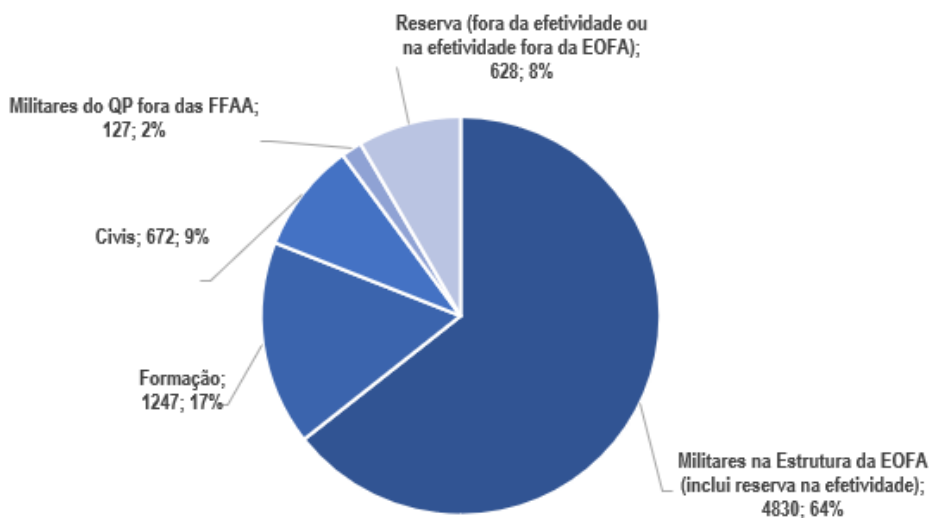


Gráfico 5 – Distribuição de Pessoal Efetivo e na Reserva em 2025

A tabela 8, por sua vez, representa a distribuição do total de efetivos da Força Aérea, militares e civis, discriminado por género, nas diferentes formas de prestação de serviço na EOFA. Analisando os dados apresentados constata-se uma distribuição global (militares e civis) de 74% do efetivo género masculino e 26% do género feminino. Observa-se ainda que a representatividade do género masculino é mais expressiva no universo de pessoal militar (78%), do que no universo civil, onde o género feminino apresenta uma maior representatividade (57%).

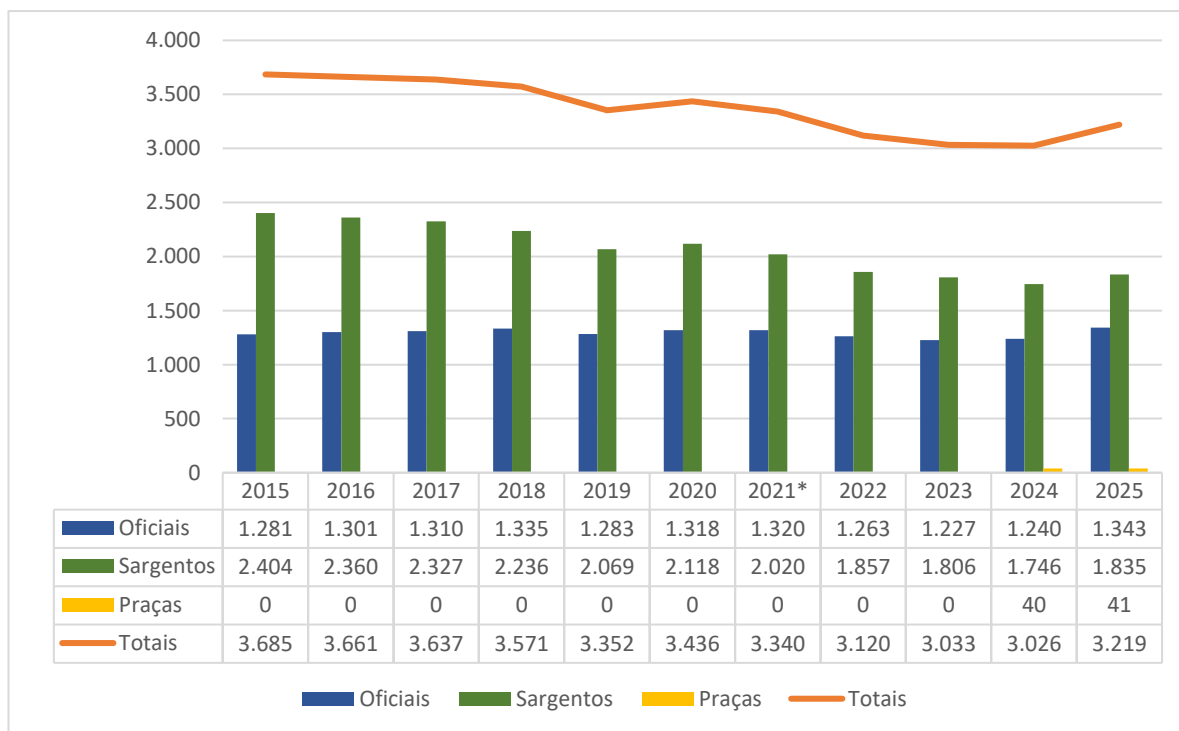
Tabela 8 - Distribuição total de efetivos (militares e civis) por género a 31DEZ2025

	Género				Total*
	Masculino		Feminino		
	Quantitativo	Percentagem	Quantitativo	Percentagem	
QP	2.445	79%	660	21%	3.105
RC	1.215	75%	396	25%	1.611
QP Reserva na Efetividade	113	99%	1	1%	114
Total Militares	3.773	78%	1.057	22%	4.830
Civis	288	43%	384	57%	672
Total (Mil + Civis)	4.061	74%	1.441	26%	5.502

* Não foi considerado pessoal em formação.

a) Pessoal Militar dos Quadros Permanentes

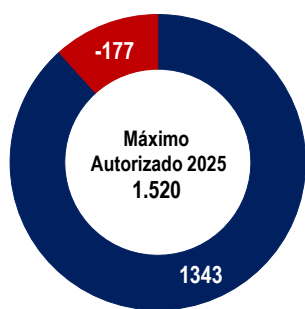
O gráfico 6 apresenta a evolução dos efetivos militares dos QP, no ativo, e na reserva na efetividade de serviço, a prestar serviço na EOFA. Considerando as existências em 2025, na tabela abaixo, verifica-se um aumento de 193 militares nos QP face aos efetivos existentes no período homólogo em 2024, maioritariamente das categorias de oficiais e sargentos.



* Inclui 37 Oficiais e 105 sargentos convocados, no âmbito da pandemia COVID-19, para prestar serviço na situação de reserva na efetividade ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 7 do artigo 156º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) conjugado com o disposto no Despacho do CEMFA n.º 73/2020, de 3 de dezembro.

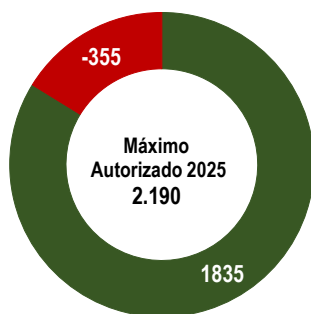
Gráfico 6 – Evolução dos efetivos Militares dos Quadros Permanentes na Estrutura Orgânica das Forças Armadas

Nos gráficos 7, 8 e 9 apresenta-se a diferença entre o quantitativo de efetivos militares dos QP autorizado pelo Decreto-Lei n.º 77/2025, de 12 de maio, e as existências de efetivos em 31 de dezembro de 2025.



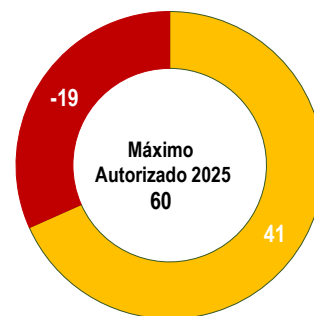
■ Efetivo na Estrutura das FFAA

Gráfico 7 – Oficiais do QP



■ Efetivo na Estrutura das FFAA ■ Diferencial

Gráfico 8 – Sargentos do QP



■ Efetivo na Estrutura das FFAA ■ Diferencial

Gráfico 9 – Praças do QP

A redução de efetivos preconizada pela reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas (Diretiva Defesa 2020) que teve início em 2015, refletiu-se numa redução, ainda no final de 2015, abaixo do limite mínimo de 30.000 militares nas Forças Armadas previsto para 2020. No caso particular da Força Aérea, desde então, os efetivos militares nos QP têm estado sempre abaixo do valor máximo previsto na Defesa 2020 (num total de 3.794 militares, de entre os quais 1.599 oficiais e 2.195 sargentos), sendo de notar que em 2025 se inverteu a tendência de redução dos últimos anos.

Nos gráficos 10 e 11 apresentam-se as diferenças, verificadas nos últimos sete anos, nos ingressos de militares oficiais e sargentos dos QP (depois de terem concluído os respetivos cursos de formação) e as saídas verificadas nestes mesmos quadros. Evidencia-se um diferencial que persiste negativo desde 2018, acentuado no ano de 2022, e que se inverteu em 2024 e consolidou em 2025 nos QP de oficiais. Esta inversão deveu-se a um aumento das admissões na ordem dos 85%, e que conseguiu compensar o aumento de 45% das saídas face ao mesmo período do ano passado.

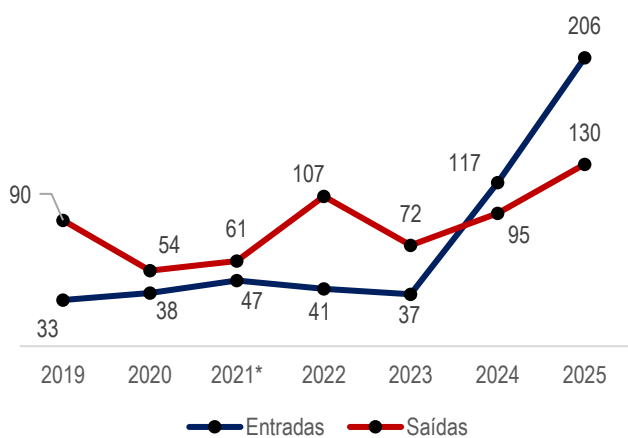


Gráfico 10 – Ingressos vs. Saídas de Oficiais QP

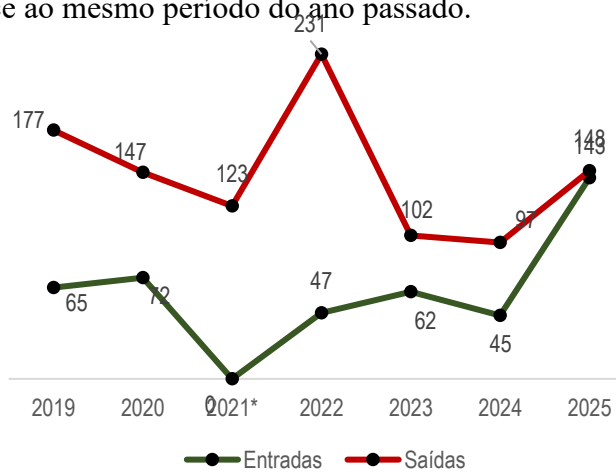


Gráfico 11 – Ingressos vs. Saídas de Sargentos QP⁶

⁶ Em 2021 não existiram ingressos de Sargentos nos QP porque, de acordo com a Portaria n.º 168, de 3 de setembro de 2019, a partir do ano letivo 2020/2021, inclusive, o Curso de Formação de Sargentos, passou a ter a duração de quatro semestres letivos.

No QP de sargentos, pela primeira vez em 6 anos conseguiu-se atingir um equilíbrio entre entradas e saídas.

Em 2024 e 2025 foram concretizadas algumas medidas de incentivo para valorização e dignificação da carreira militar que procuram tornar a carreira militar mais atrativa e inverter o ciclo de diminuição sistemática do número de efetivos nas fileiras. O gráfico seguinte detalha as saídas por abate ao quadro, de oficiais e sargentos dos QP, sendo possível verificar que, apesar das iniciativas e estratégias implementadas com o objetivo de mitigar essas saídas, verificou-se em 2025 um aumento de 30% no número de oficiais que pediram abate ao quadro. Em contraste, na classe de sargentos, embora o número de saídas permaneça elevado, registou-se uma diminuição de 5% no número de saídas em comparação com o mesmo período do ano anterior. No entanto, apenas uma análise a médio prazo poderá confirmar se essa diminuição representa uma real inversão de tendência ou se foi meramente influenciada por fatores circunstanciais.

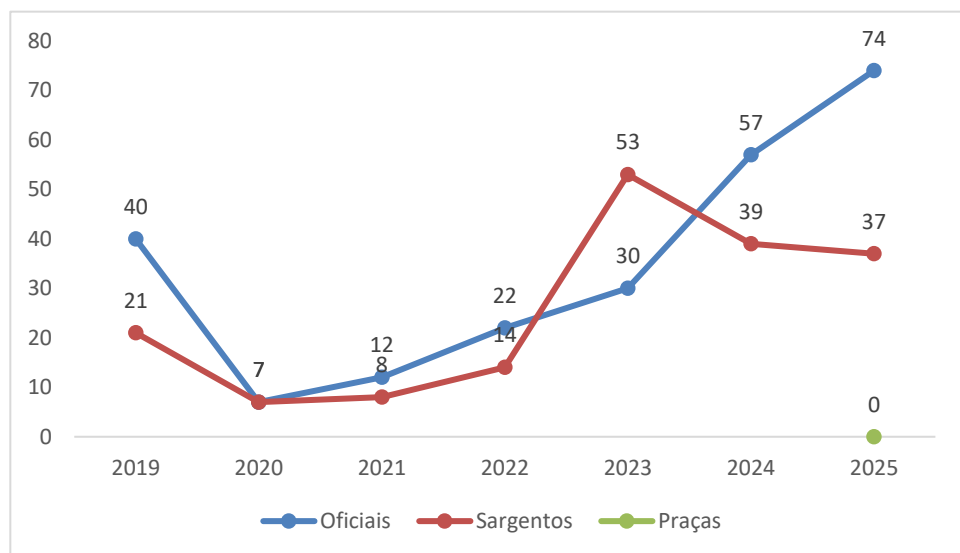


Gráfico 12 – Saídas de Oficiais, Sargentos e Praças do QP motivadas por abate ao quadro

No gráfico 13 apresenta-se o quantitativo autorizado, pela tutela, para admissão aos cursos de formação para ingresso nos QP no último ano.

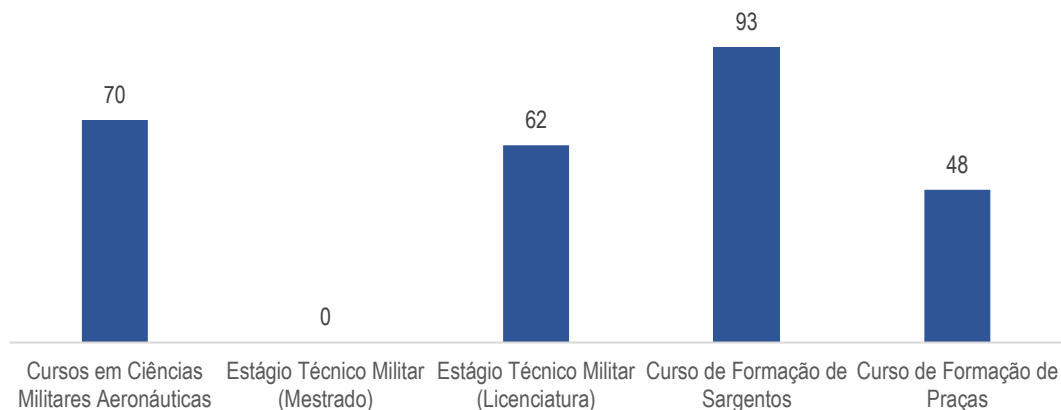


Gráfico 13 – Admissões autorizadas nos cursos de formação para ingresso nos Quadros Permanentes em 2025.

Relativamente às admissões aos cursos de formação para ingresso nos QP, do ano letivo 2025/2026, destaca-se o seguinte:

- (1) O plano de admissões foi enviado para aprovação em janeiro de 2025 e previa um total de 132 vagas para os cursos de formação de oficiais, 93 vagas para os cursos de formação de sargentos e 48 vagas para os cursos de formação de praças;
- (2) Os avisos publicados no Diário da República, em 2025, previram a abertura condicional dos concursos, até às vagas serem fixadas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e Defesa Nacional;
- (3) O número de vagas proposto à tutela encontra-se em conformidade com o efetivo autorizado pelo Decreto-Lei n.º 77/2025, de 12 de maio;
- (4) Contrariamente ao habitual cenário de redução de vagas, o plano de admissões aos QP 2025/2026, face às admissões planeadas pela Força Aérea, foi aprovado na sua totalidade, sem quaisquer reduções de vagas. No entanto, não foram preenchidas a totalidade das vagas autorizadas por falta de candidatos aprovados em determinadas especialidades;
- (5) Ainda assim, continua a verificar-se uma aprovação tardia do plano de admissões aos QP, ocorrendo apenas no terceiro trimestre de 2025, através do Despacho do Ministro da Defesa Nacional, de 22 de agosto, resultando em diversos constrangimentos, nomeadamente:
 - a. Dificuldade em assegurar as colocações conforme pretendido pelas U/E/O, as quais já se encontram atualmente muito abaixo do módulo de pessoal almejado;

- b. Redução da atratividade dos concursos condicionais e para ingresso na Força Aérea, pelas reservas que potenciais candidatos colocam relativamente a essa condicionalidade;
- c. Candidatos que optam por outras vias, como o ensino superior não militar e o mercado de trabalho nacional e estrangeiro, decorrentes da impossibilidade de se efetuar a comunicação aos candidatos seriados com a antecedência que lhes permita satisfazer as suas expectativas e preparar eventuais condicionantes da sua vida pessoal.

Dada a relevância destes constrangimentos, e a fim de evitar que se continuem a repetir no futuro, efetuou-se uma análise às etapas de recrutamento de militares para a Força Aérea. Dessa análise concluiu-se que a aprovação, pela tutela, das propostas de admissão aos QP deveria ocorrer até três meses após o envio da proposta de admissões aos QP, mas, desejavelmente, nunca após o mês de maio do ano a que se refere o concurso, pelo que o planeamento de admissões aos QP para 2025 foi elaborado de modo a permitir cumprir este objetivo. O comprometimento para ultrapassar estes e outros constrangimentos não foi, nem pode ser, exclusivo da Força Aérea, referindo-se, entre outras, as várias e importantes medidas previstas no Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar, aprovado pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN).

b) Pessoal Militar em Regime de Contrato

Os militares admitidos para o RC, que inclui o RCE, iniciam a prestação do serviço militar com a frequência da Instrução Básica, a que se segue a Instrução Complementar (nos Cursos de Formação de Oficiais, Cursos de Formação de Sargentos e Cursos de Formação de Praças) e ingressam na categoria após a conclusão do respetivo curso.

A evolução dos efetivos a prestar serviço em RC/RCE, de 2014 a 2025, é apresentada no gráfico seguinte.

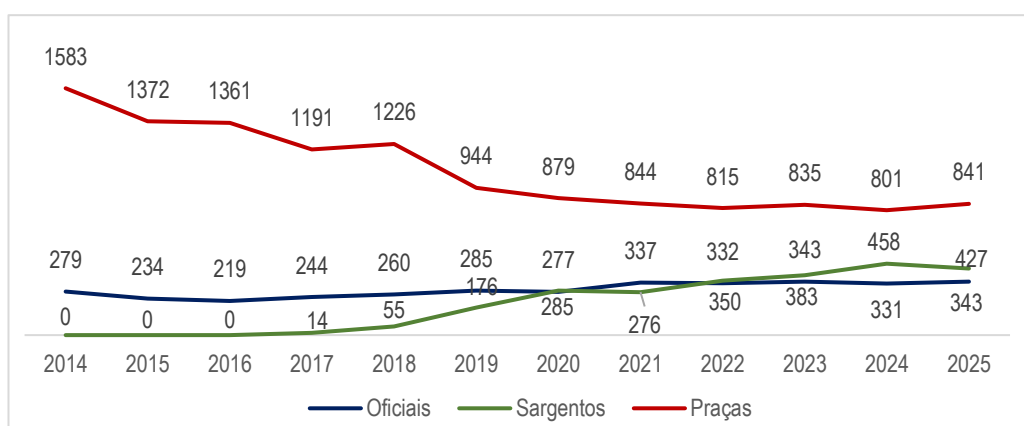
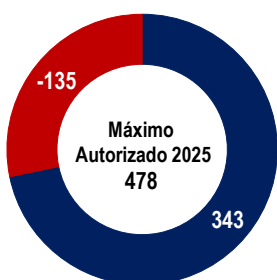


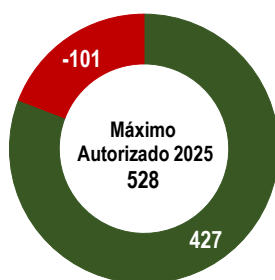
Gráfico 14 – Evolução dos efetivos de militares em RC, na EOFA.

Relativamente à evolução dos efetivos entre 2014 e 2024, a prestar serviço em RC/RCE, verifica-se uma tendência de decréscimo global do efetivo estrutural, em especial na categoria de praças. Contudo, em 2025, inverteu-se esta tendência e registou-se um aumento de cerca de 1% face ao ano de 2024.

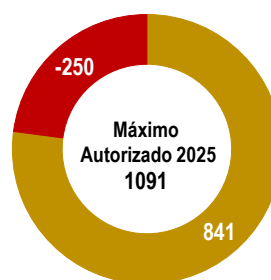
Nos gráficos 15, 16 e 17 apresenta-se a diferença entre os efetivos RC/RCE autorizados pelo Decreto-Lei n.º 77/2025, de 12 de maio, e as existências de efetivos a prestar serviço na EOFA, em 31 de dezembro de 2025. A categoria de oficiais e praças destacam-se, estando 28% e 23% abaixo, respetivamente, do máximo autorizado.



■ Efetivo na Estrutura das FFAA ■ Diferencial
Gráfico 15 – Efetivos Oficiais em RC



■ Efetivo na Estrutura das FFAA ■ Diferencial
Gráfico 16 – Efetivos Sargentos em RC



■ Efetivo na Estrutura das FFAA ■ Diferencial
Gráfico 17 – Efetivos Praças em RC

Nos gráficos 18, 19 e 20 apresenta-se a diferença entre o número de militares que ingressaram efetivamente nas fileiras (após conclusão dos respetivos cursos de formação) e o número de militares que saíram da Força Aérea (caducidade, rescisão ou não renovação dos respetivos contratos) para o período de 2017 a 2025.

Pode observar-se que no RC, em todas as categorias (oficiais, sargentos e praças), não só houve um aumento do número de ingressos, como os ingressos superaram em muito as saídas, podendo este fenómeno ser já reflexo das medidas de incentivo à carreira militar implementadas.

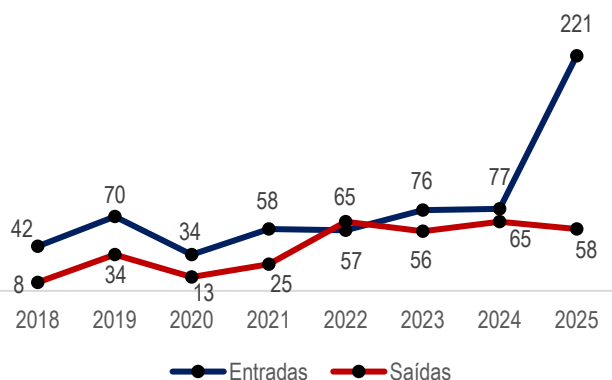


Gráfico 18 – Ingressos vs. Saídas de Oficiais em RC

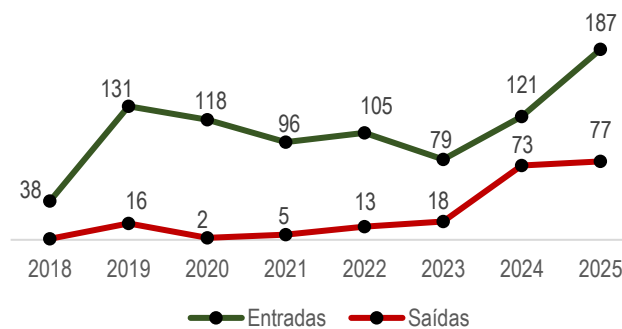


Gráfico 19 – Ingressos vs. Saídas de Sargentos em RC

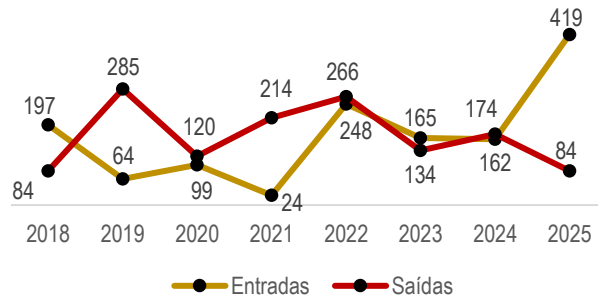


Gráfico 20 – Ingressos vs. Saídas de Praças em RC

O gráfico seguinte detalha as saídas por rescisão ou não renovação de contrato, e denota que, apesar das medidas de incentivo à carreira militar implementadas em 2025, o número de saídas no RC aumentaram 18% em comparação com o período do ano anterior, pelo que se torna necessário reforçar as políticas de fidelização, de forma a continuar a implementação de medidas que garantam a estabilidade da força militar.

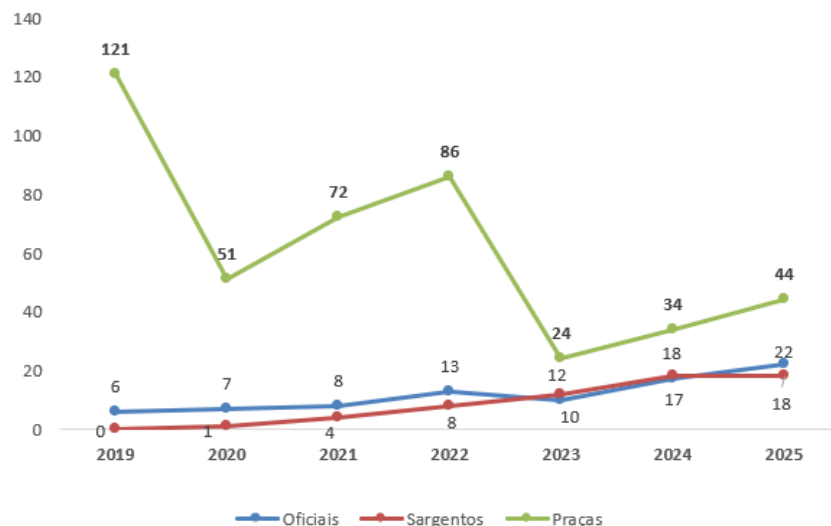


Gráfico 21 – Saídas por rescisão ou não renovação de contrato nos RC/RCE

A proposta de admissões de militares para o RC/RCE em 2025 foi submetida à aprovação do MDN em dezembro de 2024, tendo sido exarada a respetiva autorização, através do Despacho do Ministro da Defesa Nacional, de 22 de agosto de 2025. Por este motivo, os concursos para admissão foram condicionais até agosto, apresentando, para o RC, constrangimentos semelhantes aos anteriormente referidos para os QP.

O plano de incorporações de militares em RC para 2025, enviado para aprovação em dezembro de 2024, propunha a abertura de 984 vagas para as categorias de Oficiais, Sargentos e Praças, distribuídas por três incorporações, previstas respetivamente para maio, setembro e novembro de 2025.

A execução do plano de incorporações de militares em RC/RCE, conforme apresentado no gráfico 22, revelou dificuldades significativas no recrutamento de oficiais e praças. Apesar do aumento de ingressos em todas as categorias, face aos anos anteriores, observou-se o não preenchimento da totalidade das vagas a concurso, evidenciando uma lacuna crítica na atratividade de novos efetivos. A principal causa deste desajuste tem sido a falta de competitividade da profissão militar, especialmente na categoria de praças, o que tem dificultado a captação de candidatos qualificados e motivados para ingressar nas Forças Armadas.

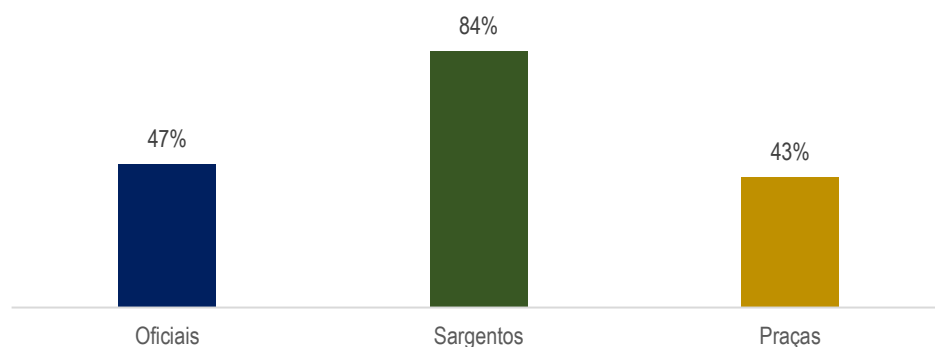


Gráfico 22 – Execução do plano de incorporações face às vagas planeadas

c) Pessoal Civil

A Força Aérea tem previsto um total de 1.653 trabalhadores civis na sua estrutura orgânica. O mapa de pessoal civil autorizado previu, para o ano de 2025, 1136 civis. Da análise do gráfico 23, pode constatar-se que, em 31 de dezembro de 2025, exerciam funções na Força Aérea 672 trabalhadores civis, representando um défice de cerca de 981 trabalhadores face ao efetivo estrutural previsto. Em 2025 verificou-se um ligeiro decréscimo no número de trabalhadores civis face a 2024.

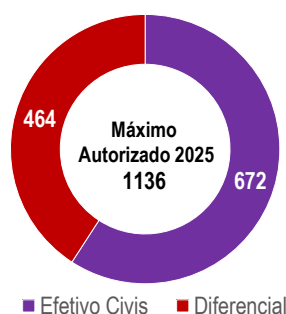


Gráfico 23 – Efetivo de trabalhadores civis em 2025

d) Quantitativo total dos Recursos Humanos da Força Aérea

Na tabela 9 apresenta-se a evolução do efetivo total da Força Aérea de 2018 a 2025, em todas as formas de prestação de serviço, incluindo em formação, e trabalhadores civis.

Tabela 9 - Efetivos totais da Força Aérea, incluindo em formação

Categoria	Existências a 31DEZ							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Oficiais QP, no ativo, na EOFA	1298	1251	1252	1237	1223	1191	1204	1291
Sargentos QP, no ativo, na EOFA	2186	2047	2005	1879	1826	1777	1713	1773
Praças QP, no ativo, na EOFA	-	-	-	-	-	-	40	41
Oficiais RC (inclui militares fora da EOFA)	262	287	280	342	332	343	331	343
Sargentos RC (inclui militares fora da EOFA)	50	177	286	277	351	383	458	427
Praças (inclui militares fora da EOFA)	1216	941	883	845	816	835	801	841
Oficiais QP, na reserva, na efetividade	32	47	82	83	40	36	36	52
Sargentos QP, na reserva, na efetividade	26	31	122	141	31	29	33	62
Subtotal (Militares na EOFA)	5070	4781	4910	4804	4619	4594	4616	4830
Instruendos na AFA (Cadetes)	152	167	220	262	283	307	329	347
Militares em preparação p/ ingresso no RC	27	173	104	152	166	176	253	233
Militares do RC em preparação p/ ingresso QP	414	349	486	637	579	555	601	667
Subtotal (Formação)	593	689	810	1051	1028	1038	1183	1247
Civis	725	730	718	716	722	723	690	672
Subtotal (QP, RC, reserva na efetividade, Formação, civis)	6388	6200	6438	6571	6369	6355	6489	6749
Oficiais QP, no ativo, fora da EOFA	74	71	72	60	59	64	62	64
Sargentos QP, no ativo, fora da EOFA	80	73	62	60	59	65	60	63
Praças QP, no ativo, fora da EOFA	-	-	-	-	-	-	0	0
Subtotal (Fora da EOFA)	154	144	134	120	118	129	122	127
Oficiais QP, na reserva, na efetividade, fora das FFAA	12	11	11	15	16	17	20	23
Sargentos QP, na reserva, na efetividade, fora das FFAA	5	2	4	9	9	11	13	14
Subtotal (Reserva na efetividade Fora da EOFA)	17	13	15	24	25	28	33	37
Oficiais QP, na reserva, fora da efetividade	204	201	175	181	228	227	207	184
Sargentos QP, na reserva, fora da efetividade	360	425	445	479	621	565	496	406
Subtotal (Reserva fora da efetividade)	564	626	620	660	849	792	703	590
TOTAL Geral	7106	6970	7192	7351	7336	7276	7314	7504

O gráfico 24 ilustra a evolução do efetivo militar da Força Aérea, por forma de prestação de serviço, entre 2017 e 2025.

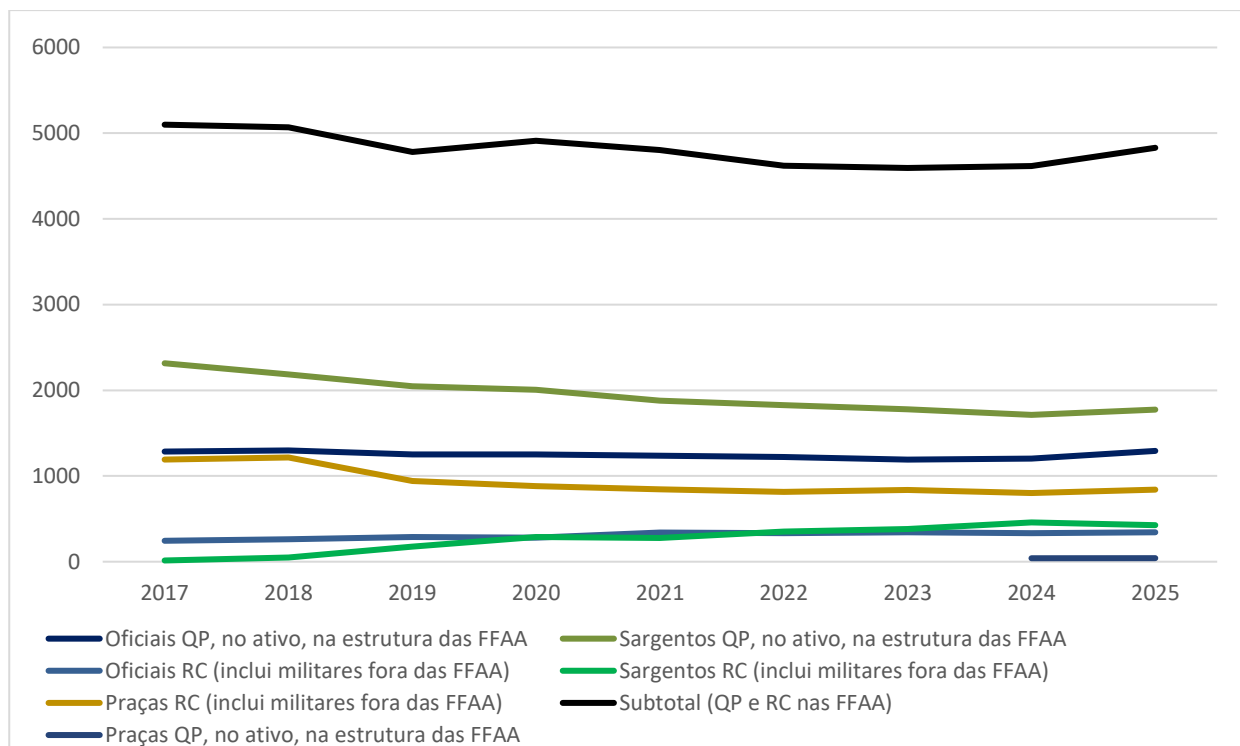


Gráfico 24 – Efetivos militares da Força Aérea

Por via de dificuldades de fidelização e recrutamento na última década, a Força Aérea sofreu uma significativa redução no número de efetivos, o que teve um considerável impacto na missão. No período de 2017 até 2024, verificou-se um aumento dos pedidos de abate ao quadro, nas categorias de Oficiais e Sargentos, um aumento na rescisão ou não renovação de contratos dos militares em RC e verificou-se uma redução no número de candidatos para ingressar na Força Aérea. A estas situações não é alheio o esforço adicional que é exigido aos militares nas fileiras para garantir o cumprimento da missão, incluindo em disfunção e acumulação de funções, à degradação dos vencimentos naquele período, que só agora começa a ser revertida, atrasos nas autorizações para as admissões e promoções e ao aumento dos períodos de ausência das famílias, entre outros.

Da análise da evolução dos efetivos verifica-se, até 2024, uma redução significativa dos ingressos na categoria de Praças (invertida em 2025), que tem vindo a ser colmatada com o ingresso de Sargentos em RC, bem como, no último ano, uma ligeira redução nos quantitativos do pessoal civil. Contudo, em 2025 verifica-se um aumento dos ingressos nas várias categorias. Depois do ligeiro aumento observado em 2024, os valores totais dos efetivos militares em 2025 apresentam um aumento substancial: mais 214 militares na EOFA e mais 64 em formação (Tabela 9).

Por outro lado, o défice de efetivos civis da Força Aérea tem trazido relevantes constrangimentos associados, pese embora o grande altruísmo e dedicação manifestados pelos mesmos. A grande maioria dos civis encontra-se numa faixa etária muito elevada, resultado dos critérios de admissão impostos nos últimos anos, alguns com mais de quarenta anos de serviço efetivo e em grande parte pertencente às categorias de assistentes técnicos e operacionais. Por esta razão, o

funcionamento de algumas Unidades da Força Aérea tem sido particularmente afetado, exigindo, entre outros, um esforço acrescido dos militares para efetuarem várias tarefas de apoio e de segurança. Esta falta de pessoal conduz também a uma considerável degradação na capacidade formativa da Força Aérea, dificultando o recrutamento de um maior número de cidadãos e o objetivo de, gradualmente, repor os militares em falta.

Da análise da evolução dos efetivos militares nos últimos anos verifica-se, em particular, uma redução significativa dos ingressos na categoria de Praças em RC, situação que se inverteu em 2025. É ainda de referir a abertura do QP de Praças em 2024 e 2025.

Por forma a assegurar o cumprimento da missão, por via de uma gestão eficiente de recursos humanos, continua a ser prioritário estabilizar as admissões para os QP, promover a continuação do aumento de ingressos para o RC e, por último, a gradual reposição do mapa de pessoal civil.

3. Recursos Financeiros

A proposta orçamental apresentada ao MDN, que sustentou a atribuição do respetivo orçamento, teve por base os Objetivos e as Atividades constantes do Plano Anual de Atividades (PAA) para 2025, no âmbito dos quais as Unidades, Órgãos e Serviços (U/O/S) identificaram as ações com expressão orçamental, materializando as necessidades financeiras necessárias ao desenvolvimento das diversas atividades da Força Aérea.

Na sequência da aprovação do Orçamento do Estado para 2025, foram atribuídas à Força Aérea dotações orçamentais destinadas ao seu funcionamento regular e ao investimento, no montante global de 466.987.825 €. Sobre estas dotações incidiram cativações, incluindo a reserva legal, no valor de 1.568.617 €, perfazendo um total de 45.297.547 €, do qual veio a ser posteriormente descativado o montante de 36.395.220 €.

Os saldos transitados de 2024, relativos à Receita Própria (RP), à LPM, à Lei de Infraestruturas Militares (LIM), às FND e aos projetos com financiamento da União Europeia (UE), ascenderam, respetivamente, a 750.015€, 47.273.684€, 1.562.499€, 93.560€ e 5.457.394€ (dos quais 5.267.994€ no âmbito da LPM), perfazendo o montante global de 55.137.152€.

No decorrer da execução orçamental foram efetuados reforços orçamentais e solicitados créditos especiais no montante de 233.210.214€, com a seguinte discriminação:

- Receita de Impostos (RI): 52.862.942€, dos quais, 17.595.907€ dizem respeito a despesas com pessoal; 12.598.859€ em funcionamento estrito, essencialmente para aquisição de combustível operacional; 717€ no Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC); 22.064.759€ no âmbito da Resolução de Concelho de Ministros (RCM) N.º 75/2025, de 3 de abril (Choque Geopolítico – Apoio à Ucrânia); 602.700€ para o processo de transferência do Aeródromo de Trânsito n.º 1 para a Base Aérea n.º 6, no âmbito da RCM N.º 110/2025, de 17 de julho.
- RP: 45.978€, afetos a despesas com pessoal, destinados a assegurar o processamento dos vencimentos do mês de dezembro, em detrimento da dotação de RP inicialmente prevista para a aquisição de bens e serviços.
- LPM: 148.702.537€, dos quais 132.808.426€⁷ são reforços efetuados pelo MDN em RI e Fonte de Financiamento 20.319, que financiaram várias capacidades previstas na Lei Orgânica n.º 1/2023, de 17 de agosto, 609.400€ no âmbito da RCM N.º 75/2025, de 4 de abril, e 15.284.711€ em RP, respeitantes a créditos especiais com origem na restituição do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

⁷ 110.000.000€ correspondem ao reforço extraordinário efetuado em setembro para o cumprimento do desígnio de se atingir, em 2025, a meta dos 2% de PIB investido em Defesa, 22.708.426€ referem-se à devolução do valor transferido para a DGRDN, em 2024, no âmbito do programa de aquisição da frota KC-390 e 100.000€ foram transferidos pelo EMGFA para alocação ao projeto "Inovação: Projetos de Desenvolvimento da Força Aérea"

- LIM: 3.692.640€ transferidos pelo MDN.
- FND: 25.376.451€ transferidos pelo Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) para suportar as diversas missões no âmbito das FND com empenhamento da Força Aérea.
- Eficiência energética: 2.529.666€, efetuados por verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e por RP.

Foram igualmente efetuadas anulações orçamentais num montante total de 50.986.622€, com a seguinte discriminação:

- RI: 295.138 €, dos quais 717 € destinados ao reforço da dotação do PIDDAC e o montante remanescente resultante de anulações em rubricas de bens e serviços, com vista ao financiamento de despesas inadiáveis com pessoal, uma vez que o subagrupamento D.01.02 se encontrou deficitário entre o mês de outubro e o início de dezembro.
- RP: 2.508.672€ em anulações, dos quais 1.937.158€ foram utilizados por conta de Projetos no âmbito do PRR; 45.978€ para reforço de despesas com pessoal, conforme referido anteriormente, e o restante valor (525.536€) dizem respeito à alteração orçamental de dotação disponível para o orçamento de FND's.
- LPM: 48.000.000€ de RI transferidos para a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) com o intuito de garantir a antecipação de uma etapa contratual no âmbito do programa KC-390;
- PIDDAC: 182.812€ transferidos para o orçamento de RI.

Resumidamente, as dotações finais de 2025 para financiamento do normal funcionamento e investimento da Força Aérea ascenderam ao valor de 704.348.569€.

No que diz respeito ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), assente na RCM N.º 27/2021, de 22 de março, na sua redação atual, na RCM N.º 170/2024, de 27 de novembro, e na RCM N.º 180/2024, de 6 de dezembro, em que a Força Aérea manteve o comando e gestão centralizada dos meios aéreos de combate a incêndios rurais, foram atribuídas dotações orçamentais no Orçamento de Estado no montante de 169.912.270€, com um valor cativo inicial de 67.224.954€, o qual veio a ser posteriormente anulado, tendo ainda sido aberto um crédito especial no valor de 2.230.443 €, com origem na restituição de IVA. Adicionalmente, registaram-se anulações no valor global de 49.977.444€, dos quais 12.177.278€ se destinaram para aquisição de combustível operacional; 17.288.459€ para reforço de despesas com pessoal e 20.511.707€ transferidos para os serviços centrais.

Ainda no âmbito do DECIR, no que respeita à aquisição dos meios próprios do Estado, prevista na RCM N.º 27/2021, de 22 de março, e na RCM N.º 118/2025, de 11 de agosto, foi inscrito o montante de 25.398.528€, com um valor cativo inicial de 5.129.464€, o qual veio a ser posteriormente anulado. O montante de saldos transitados de 2024 foi de 53.792€. Existiram ainda reforços no

montante de 6.388.925€, sendo 1.807.925€ com origem em restituições de IVA, 30.000€ com origem na abertura de crédito especial no âmbito do programa europeu RescEU e 4.551.000€ ao abrigo da RCM N.º 118/2025, de 11 de agosto, que autoriza a aquisição de dois sistemas *Modular Airborne Firefighting System II* para aeronaves C-130H, formação, equipamentos de apoio e outras despesas associadas. Registaram-se igualmente anulações no montante de 1.400.433 €, destinadas ao reforço de dotação para a execução de projetos de eficiência energética financiados através do Fundo Ambiental.

Em resumo, as dotações finais do DECIR ascenderam a 152.606.081€.

As dotações iniciais do *Multinational Helicopter Training Centre* (MHTC) perfizeram o montante de 2.677.637€, com um cativo inicial de 423.377€, o qual veio a ser posteriormente anulado.

Resumidamente, as dotações orçamentais corrigidas finais e líquidas de cativos, de todas as Fontes de Financiamento, totalizaram 850.687.612€, conforme discriminado na Tabela 10.

Tabela 10 - Orçamento da Força Aérea de 2025 (valores em Euros)

Fontes de Financiamento	Dotação inicial	Transição de saldos	Reforços / Créd. Esp.	Anulações	Orçamento Corrigido	Cativos / Reserv. Leg.	Descativos	Orçamento líquido de cativos
RI - Receitas de Impostos - Pessoal	267.439.990		17.595.907		285.035.897	-12.773.363	12.773.363	285.035.897
RI - Receitas de Impostos	59.998.540		12.598.859	-295.138	72.302.261	-22.371.857	22.371.857	72.302.261
RP - Receita Própria - Pessoal	597.000	750.015	45.978		1.392.993			1.392.993
RP - Receita Própria	59.403.000			-2.508.672	56.894.328	-9.997.630	1.125.000	48.021.698
LPM - Receita de Impostos	72.564.168	26.123.505	133.417.826	-48.000.000	184.105.499			184.105.499
LPM - Receita Própria		21.150.179	15.284.711		36.434.890			36.434.890
LPM - Fundos Europeus	678.372	5.267.994			5.946.366			5.946.366
LIM - Lei das Infraestruturas Militares	4.586.500	1.562.499	3.692.640		9.841.639			9.841.639
PIDDAC - Programa de Inv. e Desp. da Adm. Central	1.000.000		717	-182.812	817.905	-125.000	125.000	817.905
FND - Forças Nacionais Destacadas		93.560	25.376.451		25.470.011			25.470.011
RI - Choque Geopolítico			22.064.759		22.064.759			22.064.759
RI - RCM 110/2025 Transf AT1 BA6			602.700		602.700			602.700
RI - Transf. afetas a Proj. Cofinanc. entre organizações	75.000				75.000	-29.697		45.303
Fundos europeus - FEDER	25.120				25.120			25.120
Financ. UE FEP/FEAMP	175.000				175.000			175.000
Eficiência energética	393.757		2.529.666		2.923.423			2.923.423
Fundos europeus - outros	51.378	189.400			240.778			240.778
Sub total FA...	466.987.825	55.137.152	233.210.214	-50.986.622	704.348.569	-45.297.547	36.395.220	695.446.242
DECIR - Aquisição de bens e serviços	169.912.270		2.230.443	-49.977.444	122.165.269	-67.224.954	67.182.745	122.123.060
DECIR - Meios Próprios	25.398.528	53.792	6.388.925	-1.400.433	30.440.812	-5.129.464	5.129.464	30.440.812
MHTC	1.985.479	692.158			2.677.637	-423.377	423.238	2.677.498
Total	664.284.102	55.883.102	241.829.582	-102.364.499	859.632.287	-118.075.342	109.130.667	850.687.612

Tal como nos anos anteriores, a Força Aérea viu a sua atividade significativamente condicionada, por força de um contexto orçamental complexo e restritivo, nomeadamente com a aplicação inicial de um valor bastante significativo de cativos, bem como a existência de limitações à gestão flexível, na sequência da publicação do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2025 (Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março).

No que respeita ao orçamento de RP, a execução orçamental foi significativamente condicionada pelo ritmo de arrecadação de receita.

Relativamente à execução do orçamento de RI, registaram-se alguns condicionalismos, originados pela atribuição de fundos disponíveis (FD) inferior ao expectável, nomeadamente no período compreendido entre os meses de janeiro e abril. Contudo, em maio, foi submetido um pedido de antecipação de FD, que permitiu assegurar a liquidez necessária para fazer face aos compromissos

previstos até ao final de setembro. Nos meses de outubro e novembro registou-se nova redução na atribuição de FD, provocando constrangimentos significativos.

Neste cenário, a execução orçamental pautou-se por alguma irregularidade, tendo sido igualmente condicionada pela circunstância de o reforço da LPM ter ocorrido próximo do final do exercício. Não obstante estes fatores, a taxa de execução bruta, no encerramento de 2025, fixou-se em 86,21%, correspondente a uma despesa total de 620.828.058€ para a atividade da Força Aérea, 118.644.736€ para o DECIR e 1.645.550€ para o MHTC, a que corresponde o valor global de 741.118.344€, tal como se encontra evidenciado na Tabela 11, a que reflete a execução e os respetivos saldos face às dotações orçamentais inscritas nos orçamentos da Força Aérea, do DECIR e do MHTC. No que concerne à execução da LPM, foi expurgado o montante relativo ao mecanismo de autopagamento, procedimento utilizado para operacionalizar a transição de saldos neste âmbito.

Tabela 11 - Execução Orçamental Bruta em 2025 (valores em Euros)

Fontes de Financiamento	Orçamento	Execução	Saldo	%
RI - Receitas de Impostos - Pessoal	285.035.897	284.447.572	588.325	99,79%
RI - Receitas de Impostos	72.302.261	71.765.257	537.004	99,26%
RP - Receita Própria - Pessoal	1.392.993	1.183.387	209.606	84,95%
RP - Receita Própria	56.894.328	39.443.947	17.450.381	69,33%
LPM - Receita de Impostos	184.105.499	148.567.377	35.538.122	80,70%
LPM - Receita Própria	36.434.890	16.229.610	20.205.280	44,54%
LPM - Fundos Europeus	5.946.366	4.646.114	1.300.252	78,13%
LIM - Lei das Infraestruturas Militares	9.841.639	3.883.901	5.957.738	39,46%
PIDDAC - Programa de Inv. e Desp. da Adm. Central	817.905	817.904	1	100,00%
FND - Forças Nacionais Destacadas	25.470.011	24.915.923	554.088	97,82%
RI - Choque Geopolítico	22.064.759	22.047.789	16.970	99,92%
RI - RCM 110/2025 Transf AT1 BA6	602.700	0	602.700	N.A.
RI - Transf. afetas a Proj. Cofinanc. entre organizações	75.000	0	75.000	N.A.
Fundos europeus - FEDER	25.120	0	25.120	N.A.
Financ. UE FEP/FEAMP	175.000	0	175.000	N.A.
Eficiência energética	2.923.423	2.787.097	136.326	95,34%
Fundos europeus - outros	240.778	92.180	148.598	38,28%
Sub total FA...	704.348.569	620.828.058	83.520.511	88,14%
DECIR - Aquisição de bens e serviços	122.165.269	90.328.166	31.837.103	73,94%
DECIR - Meios Próprios	30.440.812	28.316.570	2.124.242	93,02%
MHTC	2.677.637	1.645.550	1.032.087	61,46%
Total	859.632.287	741.118.344	118.513.943	86,21%

Adicionalmente aos condicionalismos supramencionados, verificaram-se outras limitações à execução orçamental, refletidas na Tabela 12, que compara o orçamento corrigido com a dotação efetivamente disponível para execução, destacando-se os seguintes fatores:

- Receita Própria (RP) insuficiente: A receita arrecadada fixou-se abaixo do orçamento corrigido, o que inviabilizou o duplo cabimento da totalidade do montante inscrito na despesa (56 894 328 €);
- Projetos Cofinanciados: Não se registou o recebimento de quaisquer transferências no âmbito de Projetos Cofinanciados entre Organizações, nomeadamente dos Fundos Europeus – Fundo

Europeu de Desenvolvimento Regional, nem do Fundo Europeu das Pescas /Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, no valor de 275.120€ (75.000€+25.120€+175.000€).

- Fundos Europeus e MHTC: No que concerne ao MHTC e a outros Fundos Europeus, as transferências de verbas para a Força Aérea ficaram aquém dos montantes inicialmente previstos. Verificaram-se desvios negativos de 51.379 € no âmbito do MHTC e de 481.861 € nos restantes Fundos Europeus, face aos valores inscritos em orçamento.

Na LIM, ao contrário do que era habitual ocorrer nos anos transatos, o valor das transferências atingiu o valor total da dotação prevista na Lei Orgânica n.º 2/2013, de 18 de agosto, para 2025 (4.586.500€). O orçamento corrigido, no valor de 9.841.639€, registou uma taxa de execução de 39,46%, resultando num saldo líquido de 5.957.738€, que transita para o ano 2026.

Fazendo uma análise global e considerando o financiamento para o DECIR e para o MHTC, a taxa de execução bruta de 86,21%, traduz-se numa taxa de execução líquida de 90,73%.

Tabela 12 - Execução Orçamental Líquida em 2025 (valores em Euros)

Fontes de Financiamento	Orçamento Corrigido	Dotação disp. para execução	Execução	Saldo	% Execução Líquida
RI - Receitas de Impostos - Pessoal	285.035.897	285.035.897	284.447.572	588.325	99,79%
RI - Receitas de Impostos	72.302.261	72.302.261	71.765.257	537.004	99,26%
RP - Receita Própria - Pessoal	1.392.993	1.392.993	1.183.387	209.606	84,95%
RP - Receita Própria	56.894.328	41.293.251	39.443.947	1.849.304	95,52%
LPM - Receita de Impostos	184.105.499	184.105.499	148.567.377	35.538.122	80,70%
LPM - Receita Própria	36.434.890	36.434.890	16.229.610	20.205.280	44,54%
LPM - Fundos Europeus	5.946.366	5.633.640	4.646.114	987.526	82,47%
LIM - Lei das Infraestruturas Militares	9.841.639	9.841.638	3.883.901	5.957.737	39,46%
PIDDAC - Programa de Inv. e Desp. da Adm. Central	817.905	817.905	817.904	1	100,00%
FND - Forças Nacionais Destacadas	25.470.011	25.470.011	24.915.923	554.088	97,82%
RI - Choque Geopolítico	22.064.759	22.064.759	22.047.789	16.970	99,92%
RI - RCM 110/2025 Transf AT1 BA6	602.700	602.700	0	602.700	0,00%
RI - Transf. afetas a Proj. Cofinanc. entre organizações	75.000	0	0	0	N.A
Fundos europeus - FEDER	25.120	0	0	0	N.A
Financ. UE FEP/FEAMP	175.000	0	0	0	N.A
Eficiência energética	2.923.423	2.923.422	2.787.097	136.325	95,34%
Fundos europeus - outros	240.778	189.399	92.180	97.219	48,67%
Sub total FA...	704.348.569	688.108.265	620.828.058	67.280.207	90,22%
DECIR - Aquisição de bens e serviços	122.165.269	96.089.813	90.328.166	5.761.647	94,00%
DECIR - Meios Próprios	30.440.812	30.440.812	28.316.570	2.124.242	93,02%
MHTC	2.677.637	2.195.776	1.645.550	550.226	74,94%
Total	859.632.287	816.834.667	741.118.344	75.716.323	90,73%

Importa salientar que, apesar dos condicionalismos pontuais, anteriormente referidos, na atribuição de FD, até ao final do exercício de 2025 estes foram atribuídos na sua totalidade, não comprometendo a execução orçamental.

Conforme estipulado no Capítulo II, a estratégia da Força Aérea alicerça-se na articulação entre todos os elementos do processo de planeamento e gestão de atividades, com particular incidência na definição de objetivos de natureza estratégica e operacional. A Diretiva Estratégica da Força Aérea 2025-2027, conjugada com a Diretiva n.º 2/CEMFA/2025, identifica o conjunto de atividades que concorrem para a concretização de cada LA.

Estas Atividades encontram-se desagregadas em Ações e Elementos de Ação, apresentando estes últimos, em diversas instâncias, uma expressão orçamental direta.

Desta forma, torna-se possível demonstrar a expressão financeira de cada OB, Atividade, Ação ou Elemento de Ação que integra o PAA, tanto na vertente do planeamento como no que respeita à execução efetivamente alcançada, em plena conformidade com o propósito deste Relatório Anual de Atividades (RAA).

A Tabela 13 apresenta a execução detalhada por LA, abrangendo tanto os orçamentos de funcionamento e de investimento da Força Aérea (incluindo RI, RP, LPM, PIDDAC, LIM, FND e projetos cofinanciados), como os orçamentos do DECIR e do MHTC.

No que concerne à relevância financeira, destacam-se as quatro LA com maior peso orçamental, apresentados por ordem decrescente:

- LA0.6: Onde se concentram, prioritariamente, as despesas com pessoal;
- LA5.3: Associado à edificação de capacidades militares;
- LA0.1 e LA0.3: Cujas despesas se encontram adstritas à sustentação logística da operação do Ramo.

No que concerne ao DECIR, a execução orçamental concentra-se primordialmente na LA1.2, que integra as despesas adstritas à disponibilização e locação de meios destinados ao combate a incêndios rurais, e na LA5.3, o qual reflete, essencialmente, o processo de aquisição faseada do sistema de armas UH-60 *Black Hawk*.

A execução do PAA 2025 poderá ser consultada com maior pormenor na Tabela (em anexo C), onde se discrimina a execução de cada uma das atividades integradas nas respetivas LA.

Tabela 13 - Orçamento executado em 2025 por Linha de Ação

Linha de Ação	Distribuição Orçamental 2025 (€)		
	FAP	DECIR	MHTC
LA0.1 - Reforçar a Capacidade de Resposta Imediata e Flexível	80.525.880	1.898.936	0
LA0.2 - Potenciar a Gestão Eficiente dos Recursos Humanos	591.491	0	0
LA0.3 - Garantir Logística Robusta e Dinâmica	45.706.585	0	0
LA0.4 - Fomentar Cultura de Segurança	124.544	0	0
LA0.5 - Incrementar Fontes de Financiamento Diversificadas	24.950.002	0	0
LA0.6 - Otimizar Gestão com uma Organização Adaptativa suportada SI atuais e resilientes	291.490.214	0	0
LA0.7 - Assegurar planos de controlo, inspeções e prevenção e investigação de acidentes	128.054	0	0
LA1.1 - Incrementar a participação em exercícios conjuntos e combinados com forças e meios com vista a aumentar a prontidão, qualificação e adaptação das tripulações para cenários previstos nas missões da Força Aérea	201.788	0	0
LA1.2 - Melhorar a eficácia no emprego das Capacidades Aeroespaciais nas operações militares, no apoio à Autoridade Aeronáutica Nacional e nas ações de proteção civil	0	90.197.876	0
LA2.1 - Promover a imagem da Força Aérea através da divulgação da missão, dos valores, da cultura enaltecendo a importância do cidadão na defesa e ao serviço de Portugal	733.408	0	0
LA2.3 - Privilegiar as fontes de energias renováveis e a adoção de práticas amigas do ambiente nos domínios do ar, ruído, água, solo, biodiversidade e habitats naturais	428.160	0	0
LA3.1 - Adequar os modelos de ensino e formação militar às necessidades efetivas da Força Aérea e das estruturas da Defesa Nacional	2.252.083	181.720	1.645.550
LA4.1 - Promover a transição digital e a desmaterialização de processos explorando técnicas e tecnologias ágeis que facilitem a eficiência e reduzam a pegada e complexidade do processo de tomada de decisão	52.259	0	0
LA4.3 - Dinamizar o envolvimento na transição digital e em projetos inovadores fomentando a cultura da mudança e da melhoria contínua	44.091	0	0
LA5.3 - Aperfeiçoar o modelo de edificação de capacidades baseado numa cultura de gestão de projetos e na aplicação eficaz dos recursos financeiros	173.599.500	26.366.203	0
Subtotal ...	620.828.059	118.644.735	1.645.550
TOTAL GLOBAL ...			741.118.344

Os dados apresentados na Tabela 14 refletem a evolução orçamental da Força Aérea no último triénio (2023 - 2025), excluindo as dotações do DECIR e o MHTC. Nesta análise, discriminam-se os orçamentos iniciais e os orçamentos corrigidos, considerando cativos, descativos e reservas legais, transições de saldos, reforços, anulações e créditos especiais, bem como os montantes que a Força Aérea teve efetivamente disponíveis e os respetivos valores executados.

Tabela 14 - Execução Orçamental global do último triénio (excluindo DECIR e MHTC)

Ano	Orçamento Inicial (€)	Orçamento Corrigido (€)	Dotação Disponível (€)	Montante Executado (€)	Grau de Execução
2023	399.293.314	607.616.380	607.616.379	541.171.355	89,06%
2024	437.970.559	599.673.694	599.673.694	534.342.653	89,11%
2025	466.987.825	704.348.569	688.108.265	620.828.058	90,22%

A Tabela 15 apresenta a distribuição da execução orçamental segmentada pelas componentes de pessoal, operação e funcionamento, no âmbito exclusivo do orçamento de RI.

Complementarmente, a Tabela 16 expande esta análise ao considerar, adicionalmente, o orçamento de RP, permitindo uma visão holística da despesa por natureza económica.

Tabela 15 - Distribuição dos agregados de despesa de pessoal e de operação e funcionamento, no orçamento de RI, no último triénio (excluindo DECIR e MHTC)

Ano	Pessoal		Operação e Funcionamento	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
2023	240.138.588	80,51%	58.124.827	19,49%
2024	248.921.280	81,32%	57.179.629	18,68%
2025	284.447.572	79,85%	71.765.257	20,15%

Tabela 16 - Distribuição dos agregados de despesa de pessoal e de operação e funcionamento, no orçamento de RI e orçamento de RP, no último triénio (excluindo DECIR e MHTC)

Ano	Pessoal		Operação e Funcionamento	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
2023	240.736.536	69,93%	103.496.478	30,07%
2024	256.079.546	71,48%	102.182.348	28,52%
2025	285.630.959	71,98%	111.209.204	28,02%

Pela análise dos dados constantes nas tabelas precedentes, permanece evidente a elevada preponderância das despesas com pessoal quando comparadas com as despesas de operação e funcionamento.

O orçamento executado pela Força Aérea no âmbito do funcionamento estrito situou-se substancialmente abaixo da proposta orçamental submetida à Tutela. Não obstante, registaram-se reforços significativos em RI, no quadro LPM, que após a dedução das anulações verificadas, representaram um incremento líquido de 85 417 826 € no orçamento da Força Aérea.

Este reforço da disponibilidade orçamental revelou-se determinante para assegurar uma maior convergência com o desempenho operacional pretendido.

IV. Edificação de Capacidades

A Força Aérea, através dos atuais processos de investimento e modernização, procura evoluir no sentido de disponibilizar opções de resposta diversificadas e ajustadas à realidade geoestratégica contemporânea, aptas a apoiar a decisão política e a garantir o pleno cumprimento da Missão.

Estas opções exigem capacidades modernas e credíveis, alinhadas com rigorosos requisitos de operacionalidade e interoperabilidade, permitindo uma interação efetiva com os demais ramos das Forças Armadas, com os nossos Aliados e Estados amigos, bem como com as Forças e Serviços de Segurança.

Os diplomas que regulam o investimento na edificação de capacidades e na construção e modernização de infraestruturas militares, são a Lei Orgânica n.º 1/2023 (LPM) e a Lei Orgânica n.º 2/2023 (LIM), cujo processo de revisão está previsto iniciar-se em 2026.

Carecem também de revisão os documentos estratégicos militares que foram aprovados em 2014, nomeadamente o Conceito Estratégico Militar, as Missões das Forças Armadas, o Sistema de Forças e o Dispositivo de Forças,.

1. Lei de Programação Militar

A LPM tem como objeto a programação do investimento das Forças Armadas em matéria de armamento e equipamento, com vista à modernização, operacionalização e sustentação do sistema de forças, contribuindo para a edificação de capacidades. Não obstante, a LPM tem-se revelado insuficiente para financiar investimentos fundamentais à capacitação da Força Aérea, não prevendo orçamento adequado para a edificação dos *capability targets* atribuídos pela NATO a Portugal. Ademais, a LPM de 2023 introduz, pela primeira vez, financiamento via Receitas Próprias (RP), o que representa um risco significativo e um elemento de instabilidade, podendo comprometer o âmbito ou o calendário de execução dos projetos dada a sua imprevisibilidade.

Contudo, a intenção política de elevar o orçamento da Defesa para 2% do PIB já em 2025 permitiu começar a suprir algumas necessidades estruturais e operacionais da Força Aérea.

Em 2025, no domínio dos recursos materiais, prosseguiu-se a modernização dos SA atuais, enquanto se trabalhou na substituição das frotas em fim de vida útil, nomeadamente com a chegada das primeiras aeronaves A-29N Super Tucano em dezembro de 2025. Importa assegurar a sustentação dos SA, sob pena de se comprometer o grau de edificação previsto no Sistema de Forças.

As verbas alocadas à Força Aérea em 2025, para capacitação, aquisição e modernização de equipamentos, provieram da LPM, a qual recebeu em 2025 um reforço de 110 milhões de euros (M€), para investimento com vista a potenciar a eficácia operacional.

De forma global, o planeamento da Força Aérea inscrito em sede da LPM para 2025 foi executado através da contínua edificação das seguintes Capacidades (CA):

(CA1) Comando e Controlo Aéreo. Tem por objetivo:

- Potenciar a capacidade de C2 na estrutura do Comando Aéreo – na forma, no tempo e no local adequado – que permita a utilização, a operação e a exploração dos seus meios, implementando e mantendo um sistema de C2 aéreo permanente (24/7) cobrindo todo o espaço de soberania e sob responsabilidade e jurisdição nacional, assegurando conectividade para operações conjuntas e/ou combinadas e com a NATO e a UE;
- Dotar a Força Aérea com Sistemas de Comunicações e de Informação interoperáveis e com capacidade de interação em rede (incluindo *Network Centric Warfare*), assegurando a ligação entre as redes CIS da Força Aérea, as estruturas congéneres nacionais e das organizações de defesa e de segurança que Portugal integra.

(CA2) Vigilância, Detecção, Identificação (VDI) e Intervenção (QRA-I) no Espaço Aéreo.

Tem por objetivo:

- Implementar e manter um sistema de vigilância, deteção e identificação permanente (24/7), abrangendo na máxima extensão possível o EEINP, devidamente articulado com o sistema integrado de defesa aérea da NATO e com meios de interceção *quick reaction alert-interceptor*;
- Garantir a deteção e identificação, seguindo os movimentos de aeronaves e mísseis, quer amigos quer de potenciais adversários, através da observação permanente do espaço aéreo por meios eletrónicos;
- Informar, controlar e apoiar o tráfego aéreo militar e civil no espaço aéreo sob responsabilidade nacional, garantindo a sua segurança e um fluxo ordenado e expedito.

(CA3) Luta Aérea Ofensiva e Defensiva. Tem por objetivo:

- Manter em permanente prontidão nacional e atribuição à NATO e à UE, uma força de aeronaves de combate dedicados a luta aérea, incluindo policiamento aéreo, com a finalidade de neutralizar e retardar o potencial militar aéreo do inimigo, através de ações de luta aérea e ainda, a sua projeção e sustentação de operações a nível nacional ou internacional;
- Manter em permanente prontidão nacional e atribuição à NATO e à UE uma força composta com aeronaves de combate para luta ar-solo/superfície, com a finalidade de neutralizar e retardar o potencial militar do inimigo, quer através de ações de interdição aérea ou apoio aéreo próximo às forças terrestres, quer em operações aéreas conduzidas em ambiente aeronaval, visando detetar, vigiar, neutralizar e destruir o poder naval adversário e ainda, a projeção e sustentação de operações a nível nacional ou internacional.

(CA5) Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento (VRP)

Terrestre e Marítimo. Tem por objetivo:

- Implementar e manter um sistema de VRP integrado, orientado para o espaço de soberania e de responsabilidade e jurisdição nacional e empregar sistemática e persistentemente, nestas áreas, meios aéreos de VRP, mantendo em permanente prontidão e atribuição à NATO e à UE, meios aéreos dedicados a *joint intelligence, surveillance and reconnaissance* e a patrulhamento marítimo, com capacidade de projeção e de sustentação de operações a nível nacional e internacional;
- Recolher e disseminar dados em tempo real e obter informações, sobre a situação e movimentos do adversário ou potencial adversário, contribuindo, simultaneamente, para a satisfação das necessidades operacionais das outras componentes do Sistema de Forças;
- Assegurar, no EEINP, a vigilância e o controlo da poluição no mar, do contrabando aduaneiro, do tráfico de estupefacientes e da imigração ilegal, bem como a fiscalização das atividades de pesca na Zona Económica Exclusiva;
- Realizar operações aéreas em apoio à ANEPC no âmbito da vigilância, deteção e assistência no combate aos incêndios, com o recurso a equipamentos de vigilância específicos;
- Efetuar operações aéreas de reconhecimento fotográfico e geofísico com o objetivo de colaborar com as entidades civis e militares no levantamento cartográfico do Território Nacional, na pesquisa e registo de recursos naturais e, genericamente, na satisfação e melhoria da qualidade de vida das populações.

(CA6) Transporte Aéreo (TPT) Estratégico, Tático e Especial. Tem por objetivo:

- Manter, em estado de prontidão permanente, meios de transporte aéreo estratégico preparados para desenvolver operações em qualquer região do globo, garantindo a mobilidade que permita a projeção de conjuntos modulares de forças, incluindo a sua sustentação, movimentação e evacuação;
- Manter, em estado de prontidão permanente, meios de transporte aéreo tático preparados para atuar em teatros de operações no EEINP e no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural (EEINC), assegurando a mobilidade, através de transporte aéreo intrateatro, permitindo às forças serem projetadas, sustentadas, movimentadas ou evacuadas;
- Garantir a evacuação de cidadãos nacionais de áreas de crise ou conflito;
- Apoiar com meios aéreos as forças de operações especiais;

- Manter, em estado de prontidão permanente, meios de transporte aéreo especial preparados para atuar no EEINP e no EEINC, destinados ao transporte de altas entidades do Estado, evacuações sanitárias, transporte de órgãos humanos, evacuação de zonas onde ocorram catástrofes naturais, apoio às Forças e Serviços de Segurança, apoio a missões de proteção civil, apoio ao combate a fogos e outras de interesse público que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações.

(CA7) Busca e Salvamento (SAR). Tem por objetivo:

- Manter em elevado estado de prontidão permanente (24/7), meios de busca e salvamento preparados para atuar no EEINP. No âmbito das necessidades nacionais e em cumprimento dos compromissos internacionais assumidos, empregar meios aéreos com equipas de salvamento e equipamentos especializados, em missões de busca e salvamento aéreo, marítimo e terrestre.

(CA8) Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação (PPOS) da Força. Tem por objetivo:

- Manter os equipamentos e um sistema de apoio à projeção das forças e ao seu emprego operacional, projetar as forças de proteção próxima e assegurar as condições de sustentabilidade, no âmbito da logística de operações;
- Projetar um destacamento aéreo modular, para execução de operações conjuntas e combinadas;
- Garantir a proteção ativa e passiva das forças destacadas, seja em ambientes convencionais, seja em ambientes nucleares, biológicos, químicos e radiológicos.

(CA9) Instrução de Pilotagem e Navegação. Tem por objetivo:

- Assegurar a formação inicial de pilotos e de navegadores, desde a seleção até à qualificação em pessoal navegante permanente;
- Assegurar a formação avançada para pilotos de aeronaves de combate;
- Assegurar a formação especializada em helicópteros;
- Assegurar a modernização do sistema de instrução elementar e básica de pilotagem;
- Assegurar a edificação do MHTC.

(CA10) Apoio ao Desenvolvimento e Bem-estar. Tem por objetivo:

- Esta CA é materializada por meios elencados nas outras capacidades do Sistema de Forças. Visa a disponibilização de um conjunto de valências adaptadas às necessidades de apoio ao desenvolvimento e bem-estar em proveito das populações.

(CA12) Reservas de Guerra. Tem por objetivo:

- Garantir a disponibilidade de armamento, equipamento e munições para os SA da Força Aérea e para o emprego operacional sustentado dos meios e das forças nas diversas capacidades inerentes ao combate, vigilância, busca e salvamento;
- Assegurar as reservas de armamento necessárias para cumprir com as missões de combate dos meios aéreos, com base nos padrões da NATO.

A dotação inicial da LPM em 2025 para a Força Aérea, para execução dos diversos projetos e subprojectos inscritos nas diversas CA em Orçamento de RI, era de 72.564.168€⁸. Esta dotação inicial sofreu inúmeras alterações ao longo do ano de 2025, destacando-se:

- o reforço orçamental do Ministério da Defesa Nacional para o cumprimento dos compromissos de Portugal junto da NATO, no valor de 110 M€;
- o orçamento foi ainda reforçado com dotações provenientes da DGRDN, relativas ao Projeto Sustentação KC-390 (22,7 M€), dotações oriundas do EMGFA para o Projeto Inovação – Projetos de Desenvolvimento (100 mil euros (K€)), assim como 15,28 M€ por via de processos de restituição de IVA. Foram ainda recebidos 365,65 K€ de Fundos Europeus no âmbito do Programa Mobilidade Militar e *Newpens*, e 609,4 K€ no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros 75/2025, de 03 de abril, Compromisso de Portugal no apoio à Ucrânia, referente à alienação de 2 (duas) viaturas *HMMWV M1665*;
- Aos reforços anteriores acrescem ainda os saldos transitados de 2024, de acordo com o despacho de S. Ex^a o Ministro da Defesa Nacional, de 27 de março de 2025, num montante de 52.541.677€;
- Por fim, procederam-se a transferências para a DGRDN para o pagamento da entrega antecipada da etapa contratual “Estação de Montagem Estrutural – AC5” do programa KC-390 (48 M€).

Resumindo, em 2025, a dotação final corrigida da LPM cifrou-se nos 226.174.030€, com a qual se executaram compromissos assumidos referentes a programas em curso, cumprindo os pagamentos contratualizados.

A programação financeira das Capacidades (CA) foi concretizada conforme discriminado na tabela 17, onde se detalham as dotações, alterações orçamentais e respetiva execução, no ano de 2025.

⁸ O montante inscrito como Dotação Inicial está conforme as dotações previstas em 2025 para a LPM na Lei Orgânica 01/2023, de 17 de agosto.

Tabela 17 - Execução financeira da LPM por CA em 2025

Capacidades	Transição de Saldos	Dotação Inicial	Alterações Orçamentais	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de Execução (%)
CA01	4 584 651	2 860 168	9 433 325	16 878 144	13 486 990	80%
CA02	1 723 900	0	255 175	1 979 075	503 070	25%
CA03	17 142 868	12 100 000	17 330 382	46 573 250	35 567 615	76%
CA05	2 144 657	6 000 000	21 746 862	29 891 519	18 584 145	62%
CA06	15 311 772	16 853 000	7 958 171	40 122 943	34 953 319	87%
CA07	4 292 968	27 201 000	18 482 139	49 976 107	38 762 326	78%
CA08	4 437 866	2 550 000	2 432 228	9 420 094	4 615 286	49%
CA09	2 491 500	3 000 000	4 380 071	9 871 571	4 113 673	42%
CA10	118 003	0	0	118 003	66 808	57%
CA12	293 492	2 000 000	19 049 832	21 343 324	18 789 868	88%
Total	52 541 677	72 564 168	101 068 184	226 174 029	169 443 101	75%

Da análise da tabela 17, constata-se que as atividades desenvolvidas pelos vários intervenientes no processo de planeamento, execução e controlo dos diversos projetos que integram as CA inscritas na LPM, se traduziram financeiramente num montante executado de 169.443.101€⁹, correspondente a uma execução de 75%. A execução da LPM em 2025 foi influenciada pelos seguintes constrangimentos:

- CA01 – A execução foi afetada pela disponibilização tardia das verbas provenientes do reforço dos 2% PIB, o que originou a necessidade de reescalonar a execução de alguns processos em curso e o diferimento, para 2026, dos mesmos. Por outro lado, persistem constrangimentos estruturais, designadamente a fragmentação dos projetos e o elevado nível de detalhe das fichas de projeto, que introduzem rigidez e reduzem a flexibilidade no desenvolvimento efetivo das capacidades, face à utilização das verbas disponibilizadas. Em paralelo, persistem constrangimentos operacionais, sobretudo resultantes da disponibilização tardia de saldos transitados (embora melhor que em anos anteriores) e da sobreposição das responsabilidades das áreas técnicas e da gestão de projetos por parte das equipas envolvidas, com impacto direto na eficiência global da execução;
- CA02 – A baixa execução deste CA resultou da necessidade de replaneamento do Projeto “Sistema anti-drone” em função dos fundos disponíveis, bem como de atrasos registados na tramitação dos procedimentos contratuais em curso no âmbito do Subprojeto “Shelters dos Radares do Continente”;
- CA03 – No Projeto de regeneração de motores de F-16M, verificou-se a necessidade de proceder a reescalonamentos de encargos plurianuais, particularmente no contrato relativo à revisão geral de Módulos Core do motor F100, devido a impossibilidade de

⁹ O valor de execução apresentado encontra-se purgado do montante relativo ao processo de auto-pagamento, essencial para a transição dos saldos ocorridos em RI, que totalizou 24.979.499,05€ em 2025.

obtenção de autorização atempada pelo MDN. Em relação ao Projeto F-16M, a execução decorreu de acordo com o planeado, com algumas entregas recalendarizadas para 2026 devido a necessidades de implementação de requisitos operacionais adicionais. De mencionar ainda que a execução de ambos os projetos foram condicionados pela disponibilização tardia (setembro) do reforço orçamental;

- CA03 – No âmbito do Programa de alienação de cinco F-16M à Roménia, foi necessário o reescalonamento do mesmo, para acomodar atrasos maioritariamente relacionados com tempos de entrega de material muito elevados;
- CA05 – No âmbito do Programa de Modificação dos Sistemas IFF e Link 16, a execução orçamental foi condicionada pelo atraso na indução da aeronave N/C14811 no Canadá, bem como pela necessidade de implementação de *retrofits* para correção de anomalias nos sistemas TACAN. Por outro lado, o financiamento disponível revela-se insuficiente para suportar a modernização para o *Block II*. Relativamente aos restantes subprojetos, a disponibilização tardia do reforço associado à meta dos 2% do PIB não permitiu o lançamento de procedimentos contratuais de maior complexidade, e os atrasos na obtenção de visto do Tribunal de Contas impediram níveis de execução mais elevados, nomeadamente na PMI (revisão Geral) do N/C24817 e na aquisição de sistemas aéreos não tripulados de classe 2 AR5;
- CA06 – No que se refere ao C-130H, registaram-se constrangimentos na cadeia logística, com atrasos na entrega de material, o que obrigou a um reescalonamento parcial da despesa. No que concerne ao C-295, no âmbito do contrato de recuperação do N/C 16702, bem como da recuperação da capacidade SATCOM, verificaram-se atrasos por motivos alheios à Força Aérea. Relativamente ao Falcon 50, as verbas foram utilizadas maioritariamente na sustentação da frota. Por fim, no que respeita ao KC-390, uma parcela do montante não executado em 2025 decorre de atrasos nas entregas dos fornecedores, nomeadamente de equipamento de apoio em terra no âmbito do contrato de motores;
- CA07 – Não se identificaram constrangimentos significativos associados aos projetos desta Capacidade, contudo, e relativamente ao Projeto de sustentação do SA EH-101, os montantes não executados foram reescaloados para assegurar o cumprimento de processos plurianuais;
- CA08 – A taxa de execução da CA08 foi fortemente condicionada por prazos de entrega alargados, com inúmeras entregas previstas para ocorrer durante o ano de 2026;
- CA09 – A taxa de execução apresentada por esta Capacidade foi condicionada pela necessidade de lançamento de um novo procedimento concursal para a aquisição da

aeronave de instrução, tendo o início da execução financeira sido adiada para o início de 2026. Por outro lado, com a obtenção do despacho autorizador para a reprogramação financeira do Projeto “Projetos Cooperativos - MHTC”, nomeadamente, da execução da construção do Edifício de Esquadra e Simulador para o MHTC na BA1 – Sintra, uma parcela da despesa foi reprogramada para ser executada em 2026;

- CA12 – Os constrangimentos ocorridos advieram da não atribuição de fundos do orçamento de RP durante o ano de 2025, equivalente a 50 por cento da dotação inscrita em ORI, tal como não o foram durante os anos de 2023 e 2024. Paralelamente, ocorreu uma execução bastante elevada das verbas decorrentes do acréscimo dos 2% do PIB.

Como dificuldades transversais identificadas para a execução, destacam-se:

- a restrição nos montantes de fundos disponíveis atribuídos — condicionante ao longo de grande parte do ano — impediu a realização de vários compromissos nos momentos previstos, tendo esta limitação conduzido ao adiamento de adjudicações nos procedimentos aquisitivos. Consequentemente, os prazos de entrega foram postergados, comprometendo a eficiência operacional e o cronograma originalmente estabelecido para a execução dos projetos;
- a atribuição do reforço da dotação da LPM de 110 M€ que, tendo ocorrido somente no último quadrimestre do ano, colocou inúmeros desafios no lançamento e conclusão de vários procedimentos aquisitivos até ao final do ano económico de 2025. Como resultado, tornou-se necessária o reescalonamento de vários procedimentos e sua inscrição no Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP¹⁰);
- A LPM previa, no exercício financeiro em análise, a disponibilização de RP provenientes da rentabilização de imóveis - quando não afetas à Lei de Infraestruturas Militares (LIM) - no valor de 4.989.832€. Esta expectativa não se concretizou em 2025. Ademais, importa destacar que um valor adicional de 22.193.599€, referente aos anos de 2023 e 2024, igualmente não havia sido recebido;
- Com o propósito de assegurar uma visão holística da execução da LPM na Força Aérea, foi identificado um indicador designado Taxa de Execução Aferida. Este indicador corresponde a um rácio em que o denominador representa a dotação final disponível, enquanto o numerador integra a soma dos montantes executados (pagos) no exercício e os valores relativos a processos aquisitivos registados em SCEP sobre os quais ainda não se verificaram pagamentos. O objetivo deste indicador consiste em evidenciar o impacto, na execução global, dos montantes afetos a procedimentos com dotação

¹⁰ SCEP – Inscrição de encargos plurianuais registados no Sistema Central de Encargos Plurianuais da Entidade Orçamental.

consignada no SCEP, mesmo nos casos em que não se tenha concretizado execução financeira no ano em análise. Considerando os processos plurianuais em andamento que não registaram pagamentos no período analisado, num total de 35,543 M€, a execução apurada da LPM na Força Aérea atingiu os 204,987 M€, correspondendo a cerca de 91% da dotação corrigida.

Importa também referir as medidas positivas implementadas para melhoria da execução da LPM, nomeadamente:

- No seguimento do despacho n.º 22/SEDN/2022 de S. Ex^a o Secretário de Estado da Defesa Nacional de 21 de julho, foram propostas e autorizadas diversas medidas tendentes à otimização da execução no âmbito do mecanismo de gestão flexível da LPM. Estas iniciativas traduziram-se num impacto positivo na execução orçamental final, reforçando a eficácia global do processo;
- A publicação do Despacho de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional n.º 11702/2025, de 6 de outubro, no qual delega no Chefe do Estado-Maior da Força Aérea poderes para, entre outros, autorizar despesas e respetivos pagamentos, até ao montante de 3 000 000,00 EUR (três milhões de euros), relativos à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que ao aumentar a competência do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, permitiu expedir a contratação.

Na tabela 18 é possível confrontar o grau de execução da LPM de 2025 com os anos precedentes. Verifica-se um elevado nível de execução orçamental até 2015. Contudo, entre 2016 e 2017, ocorreu um decréscimo substancial na taxa de execução, atribuível primordialmente ao desempenho da CA 03, cuja execução ficou aquém das expectativas. O principal fator explicativo deste desvio consistiu no atraso do processo de modernização das aeronaves, designadamente no subprojeto de alienação de F-16M à Roménia.

A partir desse período, as taxas de execução exibiram uma trajetória heterogénea, marcada por oscilações acentuadas: crescimento em 2018 e 2019, declínio em 2020 e 2021, e recuperação moderada em 2022 e 2023. Esta volatilidade resulta, em larga medida, da disponibilização irregular dos recursos orçamentais previstos — incluindo reforços e transições de saldos —, bem como das restrições na alocação de Fundos Disponíveis. Não se pode subestimar o impacto da pandemia de SARS-CoV-2, especialmente patente em 2020 e 2021. A entrada em vigor da nova LPM no último trimestre de 2023 gerou efeitos significativos, particularmente nos 45 dias finais do ano, ao exigir a

readaptação das dotações nas diversas Capacidades em relação à legislação anterior. Não obstante os desafios inerentes à execução num curto período, logrou-se um incremento de 5 pontos percentuais (p.p.) na taxa de execução face a 2022 — tendência ascendente que se prolongou em 2024 e intensificou-se em 2025, com mais 7 pontos percentuais relativamente ao ano transato.

Salienta-se que em 2025 se atingiu a maior execução financeira da LPM de sempre, em valores absolutos, e que percentualmente foi a melhor execução desde 2016.

Tabela 18 - Análise Comparativa do Grau de Execução da LPM de 2012 a 2025

Ano	Dotação Corrigida (€)	Montante Executado (€)	Grau de Execução (%)
2012	52.405.292,00	45.406.991,00	86,65%
2013	28.961.941,00	26.031.668,00	89,88%
2014	62.338.786,00	58.073.058,20	93,16%
2015	73.277.810,67	66.680.793,39 (a)	91,00%
2016	58.649.985,75	33.848.713,48 (b)	57,71%
2017	72.973.797,00	41.995.369,02 (c)	57,55%
2018	102.416.211,59	68.108.076,03 (d)	66,50%
2019	112.536.822,71	80.695.540,21 (e)	71,71%
2020	140.884.319,65	88.863.195,32 (f)	63,08%
2021	217.233.355,17	115.874.388,66 (g)	53,34%
2022	246.992.318,55	133.880.962,86 (h)	54,21%
2023	192.137.819,00	113.683.717,00 (i)	59,17%
2024	159.642.264,30	107.100.586,09 (j)	67,09%
2025	226.174.029,35	169.443.101,48 (k)	74,92%

(a) De uma execução global de €71.905.571,14, procedeu-se à entrega de €5.224.777,75 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(b) De uma execução global de €37.357.964,18, procedeu-se à entrega de €3.509.250,70 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(c) De uma execução global de €51.686.798,75, procedeu-se à entrega de €9.691.429,73 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(d) De uma execução global de €74.285.440,56, procedeu-se à entrega de €6.177.364,53 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(e) De uma execução global de €92.163.510,64, procedeu-se à entrega de €11.467.970,43 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(f) De uma execução global de €103.662.954,59, procedeu-se à entrega de €14.799.759,27 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(g) De uma execução global de €163.977.109,23, procedeu-se à entrega de €48.102.720,57 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(h) De uma execução global de €157.717.588,35, procedeu-se à entrega de €23.836.625,49 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(i) De uma execução global de €133.754.183,50, procedeu-se à entrega de €20.070.466,48 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(j) De uma execução global de €119.634.436,30, procedeu-se à entrega de €12.533.850,24 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(k) De uma execução global de €194.422.600,53, procedeu-se à entrega de €24.979.499,05 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

Não obstante os desafios previamente identificados, verificou-se a concretização efetiva de diversos projetos e subprojetos inscritos na LPM, destinados a suprir as deficiências detetadas nas Capacidades da Força Aérea. Esta materialização beneficiou substancialmente do reforço de 110M€ efetuado pelo Ministério da Defesa Nacional na LPM da Força Aérea, com o objetivo de atingir os 2% do PIB em despesas da Defesa. Contudo, subsiste uma complexidade generalizada na execução destes projetos, decorrente dos fatores exógenos anteriormente referidos. Torna-se imperativa, em conformidade com as disposições normativas da LPM, a autorização célere pela Tutela — à semelhança do ocorrido em 2025 — da transição anual dos saldos apurados da execução de 2025. Adicionalmente, para maximizar as dotações disponíveis, revela-se crucial que um eventual reforço orçamental em 2026 ocorra no primeiro semestre do ano. Estas medidas assegurarão a continuidade e eficácia dos projetos em curso, mitigando potenciais impactos negativos resultantes dos atrasos observados e promovendo uma execução orçamental mais robusta e alinhada com os compromissos nacionais e internacionais.

2. Lei das Infraestruturas Militares

A LIM em vigor, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2023, de 18 de agosto, define a programação do investimento destinada à conservação, manutenção, segurança, sustentabilidade ambiental, modernização e edificação das infraestruturas da componente fixa do sistema de forças. Estabelece igualmente as disposições relativas à inventariação, gestão e valorização dos bens imóveis afetos à Defesa Nacional que sejam disponibilizados para rentabilização, visando a afetação dos resultados obtidos à concretização das medidas e projetos nela previstos.

O orçamento disponível na LIM para execução durante o ano de 2025 integrou os saldos não executados do exercício anterior, no montante de 1.562.499€, acrescidos das verbas remanescentes da LIM de 2023, no valor de 69.786€. Somaram-se ainda as verbas correspondentes à dotação prevista na Lei para o ano de 2024 (3.622.853€), disponibilizadas em abril de 2025, bem como a dotação relativa ao ano de 2025 (4.586.500€), disponibilizada em setembro, totalizando uma dotação corrigida final de 9.841.638 €.

A execução financeira ascendeu a 3.883.900,96€ (Tabela 18) o que corresponde a 39,46% do montante disponível, relativa aos seguintes projetos:

Tabela 19 - Execução Financeira LIM 2025

Projetos	Valor (€)
BA4 - Remodelação Alojamento 3	76.873,58
BA11 - Reabilitação da Torre Bairro Residencial Beja	2.654.322,82
BA11 - Remodelação de Celas de Média Tensão em Postos de Transformação Críticos da FA	57.496,35
BA11 – Incremento atrito pista 01L-19R	52.548,92
BA11 - Reparação de Depósitos de Combustível de Aviação	60.342,80
BA8 - Construção Alojamento de Oficiais	871.212,66
BA8 - Construção Alojamento de Sargentos	0,00
BA11 - Beneficiação Sistema Energético ed. 106	111.103,83
Total	3.883.900,96

Dada a continuidade dos projetos financiados pela LIM em 2025, torna-se essencial assegurar duas medidas financeiras prioritárias:

- A transição integral do saldo não executado, no montante de 5.957.736€, para o exercício seguinte.
- A disponibilização atempada da dotação prevista na LIM de 2026, no valor de 5.601.746€.

A concretização destas medidas é imprescindível para garantir a conclusão bem-sucedida dos projetos em curso. A sua não implementação poderá comprometer significativamente o progresso e a finalização das iniciativas em desenvolvimento, originando potenciais ineficiências operacionais e financeiras. Assim, reforça-se a necessidade de ser assegurada a continuidade e a eficácia dos investimentos em infraestruturas militares, em alinhamento com os objetivos estratégicos estabelecidos.

V. Considerações Finais

Portugal, enquanto Estado soberano, deve manter a capacidade de afirmar a sua presença, influência e controlo nos espaços estratégicos do seu interesse, assegurando a defesa dos seus interesses nacionais e o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos. Para tal, é essencial dispor de capacidades credíveis, modernas e sustentáveis, aptas a serem empregues com oportunidade, eficácia e elevado grau de prontidão.

Neste contexto, a Força Aérea continuou, em 2025, a desempenhar um papel determinante na afirmação da soberania e da autoridade do Estado, através da vigilância e controlo do espaço aéreo nacional, da participação em missões internacionais, do apoio direto às populações e da salvaguarda da vida humana, mantendo uma resposta permanente em múltiplos domínios de atuação. Os resultados alcançados demonstram a relevância operacional da Instituição e a capacidade de adaptação a um contexto estratégico particularmente exigente.

A avaliação global da execução das atividades evidencia um desempenho positivo, com um grau de concretização dos objetivos situado entre 72,4% e 85,2%, refletindo o compromisso dos órgãos e serviços da Força Aérea com a concretização da estratégia definida, mesmo perante constrangimentos relevantes ao nível da sustentação operacional e dos recursos disponíveis.

No plano operacional, o aumento das horas de voo realizadas e a integração progressiva de novos meios, nomeadamente o KC-390, os helicópteros UH-60 *Black Hawk* e os A-29N Super Tucano, traduzem um reforço efetivo da capacidade de resposta, embora persistam limitações associadas à disponibilidade de aeronaves prontas para voo e à necessidade de garantir estabilidade no financiamento da sustentação dos sistemas de armas.

Do ponto de vista financeiro, 2025 ficou particularmente marcado por um reforço substancial do orçamento da Defesa, associado ao esforço nacional de convergência para a meta de investimento de 2% do PIB, que se traduziu num reforço extraordinário de 110 milhões de euros na LPM da Força Aérea. Este incremento permitiu reforçar o financiamento para regeneração de capacidades, apoiar a sustentação operacional, acelerar processos de modernização e mitigar constrangimentos acumulados em diversas áreas críticas. Ainda assim, a concentração temporal de parte significativa deste reforço no último quadrimestre do ano criou desafios relevantes de execução, obrigando ao reescalonamento de procedimentos aquisitivos e à inscrição de encargos plurianuais.

A execução financeira global demonstra, contudo, capacidade de absorção e gestão eficaz, com uma taxa de execução líquida de 90,73%, sem comprometimento do exercício orçamental, apesar dos condicionamentos registados na atribuição de fundos disponíveis ao longo do ano. Esta evolução evidencia maior robustez na gestão financeira e reforça a ligação entre planeamento estratégico, execução orçamental e concretização de objetivos operacionais.

Na edificação de capacidades, 2025 ficou igualmente marcado por avanços relevantes na modernização de meios, no reforço das infraestruturas e na consolidação de novos domínios de atuação, incluindo o espaço, refletindo uma visão de longo prazo orientada para uma Força Aérea tecnologicamente mais robusta, interoperável e preparada para os desafios multidomínio do futuro

Ao nível dos recursos humanos, apesar de se registar uma recuperação do efetivo militar, mantêm-se desafios estruturais no recrutamento, fidelização e qualificação de pessoal, continuando o défice de efetivos a representar um fator condicionador relevante para a plena exploração das capacidades disponíveis. A valorização da carreira militar e a adoção de medidas de fidelização continuarão, por isso, a constituir áreas prioritárias de intervenção.

Em síntese, apesar dos constrangimentos e desafios persistentes, a Força Aérea demonstrou, ao longo de 2025, elevada resiliência institucional, capacidade de adaptação e compromisso permanente com a missão, mantendo-se como instrumento essencial da Defesa Nacional e um pilar de confiança ao serviço de Portugal e dos portugueses.

SIGLAS

AAN – Autoridade Aeronáutica Nacional
ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
C2 – Comando e Controlo
CA – Capacidade
CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
DECIR – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais
DEFA – Diretiva Estratégica da Força Aérea
DGRDN – Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
EEINC – Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural
EEINP – Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente
EMFAR – Estatuto do Militares das Forças Armadas
EMGFA - Estado-Maior General das Forças Armadas
EOFA – Estrutura Orgânica das Forças Armadas
FD – Fundos Disponíveis
FND – Forças Nacionais Destacadas
HV – Horas de Voo
LA – Linhas de Ação
LIM – Lei de Infraestruturas Militares
LPM – Lei de Programação Militar
M – Milhões
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MHTC – *Multinational Helicopter Training Centre*
NATINAMDS – *NATO Integrated Air and Missile Defense System*
NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OA – Objetivo Administrativo
OE – Objetivo Estratégico
PAA – Plano Anual de Atividades
PPOS - Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação
QP – Quadros Permanentes
QRA – *Quick Reaction Alert*
RAA – Relatório Anual de Atividades
RC – Regime de Contrato

RCE – Regime de Contrato Especial

RE – Regime de Esforço

RI – Receita de Impostos

RP – Receitas Próprias

SA – Sistemas de Armas

SAR – Busca e Salvamento

SBSA - Serviço de Busca e Salvamento Aéreo

SCEP – Sistema Central de Encargos Plurianuais

SFN - Sistema de Forças Nacionais

UA – Unidade Aérea

UE – União Europeia

U/O/S – Unidades / Órgãos / Serviços

VDI - Vigilância, Detecção, Identificação

VRP - Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento

Anexo A – Índices de Concretização das Atividades

Com vista a assegurar um processo de gestão de atividades que providencie maior objetividade e mensurabilidade, assegurando uma forma uniforme de reporte, foram considerados indicadores e metas globais de gestão orientadores da execução das Atividades planeadas e da utilização dos recursos disponíveis ao nível global da Força Aérea. As metas globais são definidas em áreas de especial interesse ou impacto no resultado operacional da Força Aérea e constam da Diretiva de Objetivos e Indicadores de Gestão para 2025.

Apresentam-se os resultados obtidos nos vários indicadores de gestão, agrupados por Atividades, as quais se encontram alinhadas com as Linhas de Ação segundo os coeficientes de ponderação apresentados. Por sua vez, existe um conjunto de Ações que, devidamente agrupadas e ponderadas, permitem quantificar o grau de concretização de cada Atividade. Fornecem por isso uma imagem quantitativa da eficácia da execução da estratégia da Força Aérea em 2025.

Tabela A-1 – Índice de concretização das Atividades

Linhas de Ação (LA) e Atividades (A)		Progresso
LA0.1 Reforçar a capacidade de resposta imediate e flexível	A1.1 – Operação dos sistemas de armas	57,00%
	A1.2 – Comando e Controlo aéreo	59,50%
	A1.3 – Apoio direto à atividade aérea	45,00%
	A1.4 – Sustentação dos sistemas de armas	71,34%
LA0.2 Potenciar a gestão eficiente dos recursos humanos	A2.1 – Gerir os efetivos militares e civis por forma a aproximar os quantitativos dos valores máximos preconizados	93,19%
	A2.2 – Recrutamento e seleção	75,03%
	A2.3 – Gestão administrativa	0%
	A2.4 – Executar a justiça e disciplina	84,20%
	A2.5 – Ação social e assistência religiosa	97,53%
	A2.6 – Apoio médico e psicológico	96,94%
	A2.7 – Preparação física e desportos	100%
LA0.3 Garantir logística robusta e dinâmica	A3.1 – Gestão de infraestruturas e equipamentos	90,26%
	A3.2 – Assegurar a função abastecimento e intendência	99,12%
	A3.3 – Assegurar a função transporte e gestão de viaturas	98,75%
LA0.4 Fomentar cultura de segurança	A4.1 – Segurança rodoviária	27,75%
	A4.2 – Segurança de voo e segurança no trabalho	85,41%

Linhas de Ação (LA) e Atividades (A)		Progresso
LA0.5 Incrementar fontes de financiamento diversificadas	A5.1 – Cooperação bilateral e multilateral	95,15%
	A5.2 – Cooperação no Domínio da Defesa	100%
	A5.3 – Candidaturas a Projetos Cofinanciados	95,24%
LA0.6 Otimizar a gestão com uma organização adaptativa suportada em si atuais e resilientes	A6.1 – Gestão orçamental e financeira	99,38%
	A6.2 – Processamento de abonos	100%
LA0.7 Assegurar planos de controlo, inspeções e prevenção e investigação de acidentes	A7.1 – Controlo e inspeção	97,87%
	A7.3 – Segurança militar	76,64%
LA1.1 Incrementar a participação em exercícios conjuntos e combinados	A8.1 – Empenhamento de forças e meios em exercícios conjuntos e combinados	33,33%
	A8.2 – Curso de avaliador TACEVAL e OPVAL	100%
LA1.2 Melhorar a eficácia no emprego das Capacidades Aeroespaciais em operações militares	A9.1 – Otimizar o modelo de gestão de meios aéreos para o combate a incêndios rurais (DECIR)	73,08%
	A9.2 – Rever Conceitos de Operação (CONOPS) e doutrina de emprego de forças e meios aéreos	100,0%
LA1.3 Garantir forças e meios destinados ao aprontamento, sustentação e emprego em operações aéreas e na geração de poder aéreo, maximizando o treino operacional e o recurso a sistemas avançados/modernos de simulação	A10.1 – Projeto piloto para desenvolver simulação com realidade aumentada para mecânicos e pilotos, como treino complementar (INOV)	0%
	A10.2 – Definir conceito de operações com recurso a sistemas de simulação	100%
	A10.3 – LPM - Robustecer a projeção, proteção e operacionalidade de forças	100%
	A10.4 – Implementar sistemas <i>Live Virtual Constructive</i> (LVC) nas capacidades militares, integrando a aeronave F16 em voo com o <i>Deployable Affordable Readiness Trainer</i> (DART) (INOV)	60%
	A10.5 – Treino de missões complexas em ambiente LVC	100%
	A10.6 – Implementar a edificação de uma capacidade de Apoio Aéreo Próximo	77,89%
LA2.1 Promover a imagem da Força Aérea através da divulgação da missão, dos valores e da cultura, enaltecendo a importância do cidadão na defesa e ao serviço de Portugal	A11.1 – Melhorar a comunicação estratégica (STRACOM)	65,34%
LA2.2 Implementar a estratégia genética e estrutural da Força Aérea, plasmada no documento	A12.1 – Elaborar o Plano Estratégico da Força Aérea	100%
	A12.2 – Elaborar documento da Estratégia de Longo Prazo	100%

Linhas de Ação (LA) e Atividades (A)		Progresso
“Transformação do Poder Aeroespacial Nacional 2024-30”, para a adequação e o alinhamento dos projetos de edificação de capacidades militares	A12.3 – Acompanhar nas atividades da edificação e revisão da Doutrina Militar Conjunta	100%
LA2.3 Privilegiar as fontes de energias renováveis e a adoção de práticas amigas do ambiente nos domínios do ar, ruído, água, solo, biodiversidade e habitats naturais	A13.1 – Melhoria do desempenho e proteção ambiental	89,85%
	A13.2 – Aumento da eficiência energética	60,00%
LA3.1 Adequar os modelos de formação militar e ensino às necessidades efetivas da Força Aérea e das estruturas da Defesa Nacional	A14.1 – Consolidação do Ensino Superior Militar	93,79%
	A14.2 – Dinamizar a formação militar e técnica	100,00%
	A14.3 – Ministras instrução de pilotagem e navegação	36,53%
	A14.4 – Valorização e aumento de competências	80,73%
LA3.2 Consolidar e expandir as áreas de investigação para domínios conjuntos do Espaço e do Ciber	A15.1 – Definir propostas de projetos a desenvolver nas áreas do Espaço e do Ciberespaço (AFA e IUM) (INOV)	100%
	A15.2 – Realizar eventos sobre a integração do espaço nas operações aéreas	50%
LA3.3 Dinamizar o envolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID) e do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN)	A16.1 – Estabelecer parcerias com <i>providers</i> tecnológicos, no âmbito da investigação e desenvolvimento (I&D)	62,50%
	A16.2 – Desenvolver iniciativas com o Universo Académico para desenvolvimento de tecnologias de duplo uso	75,00%
LA4.1 Promover a transição digital e a desmaterialização de processos	A17.1 – Aumentar a taxa de Sistemas de Informação (SI) modernizados	98,75%
LA4.2 Aumentar e fortalecer a resiliência dos sistemas de informação da gestão e do C2	A18.1 – Gestão de megadados na nuvem	100%
	A18.2 – Atividades dedicadas à Cibersegurança e Ciberdefesa	80%
	A18.3 – Expansão da rede segura de comunicações da Força Aérea (LPM)	0%
LA4.3 Dinamizar o envolvimento na transição digital e em projetos inovadores fomentando a cultura da mudança e da melhoria contínua	A19.1 – Loja online de fardamento	100%
	A19.2 – Desenvolver uma aplicação para eliminar processamento de guias de marcha em papel	100%
	A19.3 – Robustecer a arquitetura tecnológica de suporte aos Sistemas de Informação (SI), nomeadamente nas áreas de ciberdefesa, armazenamento, processamento e postos de trabalho	100%

Linhas de Ação (LA) e Atividades (A)		Progresso
LA5.1 Reforçar a capacidade de C4ISR e de análise do domínio aeroespacial com sistemas e plataformas robustas e resilientes assentes em conceitos de emprego nacional conjunto e alinhados com os requisitos de interoperabilidade da NATO	A20.1 – Modernização das redes de comunicações e sistemas criptográficos da Força Aérea (LPM)	100,00%
	A20.2 – Planear a modernização do sistema Tactical Data Link (Link 16 e Link 22) das plataformas terrestres (LPM)	35,00%
	A20.3 – Aprofundar a Capacidade Espacial	100,00%
LA5.2 Aumentar as capacidades específicas para operações multidomínio, conferindo as características técnicas e operacionais, de uma Força Aérea de 5.ª geração, adaptadas aos requisitos para emprego em operações de luta aérea, ataque, mobilidade aérea, recuperação e integração na força	A21.1 – Implementação de SATCOM nos sistemas de armas (LPM)	84,21%
	A21.2 – Implementação de IFF Modo 5 nos sistemas de armas (LPM)	93,57%
	A21.3 – Implementação de sistema de deteção de drones (counter-UAS)	100%
	A21.4 – Coordenar e planear a revisão da LPM no ano de 2025	100%
	A21.5 – Desenvolvimento da Capacidade UAS na Força Aérea	100%
LA5.3 Aperfeiçoar o modelo de edificação de capacidades baseado numa cultura de gestão de projetos e na aplicação eficaz dos recursos financeiros	A22.1 – Renovação e aquisição de equipamentos para as Capacidades Militares	100%
	A22.2 – Edificação e reabilitação das infraestruturas militares	100%
	A22.3 – Elaborar o Plano Estratégico de edificação de Capacidades Militares da Força Aérea	85%
	A22.5 – Edificação de capacidade UAS Classe III para vigilância	20%
	A22.5 – Edificação de uma Capacidade de 5ª Geração	100%
LA6.1 Reforçar os conhecimentos e as competências do capital humano da Força Aérea nas áreas das ciências, técnicas e tecnologias militares aeroespaciais, transversais à defesa	A23.1 – Oficiais com curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) a desempenhar funções de Estado-Maior	11,26%
	A23.2 – Percurso de formação e qualificação	12,50%
	A23.3 – Ciclo conferências e/ou seminários sobre a temática do "Pensamento Estratégico"	100%
LA6.2 Explorar o potencial das pessoas, envolvendo-as em projetos e iniciativas que promovam a inovação aberta, garantindo o seu reconhecimento e criando condições para testar, implementar e ajustar as iniciativas consideradas inovadoras	A24.1 – <i>Think Tank</i> da Inovação	100%
	A24.2 – Prémio "Inovação Força Aérea"	50%

Linhas de Ação (LA) e Atividades (A)		Progresso
LA6.3 Rever o modelo de recrutamento, formação e retenção de militares, de forma a atingir os efetivos legalmente definidos, e adaptar a estrutura organizacional às exigências que caracterizam a condição militar, em alinhamento com os valores da instituição militar	A25.1 – Plano de captação, recrutamento e retenção de militares da Força Aérea	79,51%
	A25.2 – Desenvolver anualmente um inquérito e respetivo estudo sobre a motivação e bem-estar dos militares da Força Aérea	100%
LA6.4 Promover uma cultura de gestão do talento na Força Aérea, bem como de igualdade de oportunidades, integradas nos objetivos e nas ações a todos os níveis, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais como uma oportunidade de aprendizagem e melhoria de capacidades, valorizando o talento e combatendo a discriminação	A26.1 – Plano Setorial para a igualdade de género	100%

Anexo B – Tabelas de Recursos Humanos

Tabela B-1 – Evolução dos efetivos totais da Força Aérea (civis e militares, em todas as situações, incluindo formação)

Categoria	Existências a 31DEZ							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Oficiais QP, no ativo, na EOFA	1.298	1.251	1.252	1.237	1.223	1.191	1204	1291
Sargentos QP, no ativo, na EOFA	2.186	2.047	2.005	1.879	1.826	1.777	1713	1773
Praças QP, no ativo, na EOFA	-	-	-	-	-	-	40	41
Oficiais RC (inclui militares fora das EOFA)	262	287	280	342	332	343	331	343
Sargentos RC (inclui militares fora das EOFA)	50	177	286	277	351	383	458	427
Praças	1.216	949	883	845	816	835	801	841
Subtotal (QP e RC na EOFA)	5.012	4.711	4.706	4.580	4.548	4.529	4547	4830
Instruendos na AFA (Cadetes)	152	167	220	262	283	307	329	347
Militares em preparação p/ ingresso no RC	414	349	486	637	579	176	253	233
Militares do RC em preparação p/ ingresso QP	27	173	104	152	166	555	601	667
Subtotal (Formação)	593	689	810	1.051	1.028	1.038	1183	1247
Civis	725	730	718	716	722	723	690	672
Subtotal (QP, RC, reserva na efetividade, Formação, civis)	6.330	6.130	6.234	6.347	6.298	6.293	6420	6749
Oficiais QP, no ativo, fora das EOFA	74	71	72	60	59	64	62	64
Sargentos QP, no ativo, fora das EOFA	80	73	62	60	59	65	60	63
Praças QP, no ativo, fora da EOFA	-	-	-	-	-	-	0	0
Subtotal (Fora da EOFA)	154	144	134	120	118	129	122	127
Oficiais QP, na reserva, na efetividade, fora das FFAA	12	11	11	15	16	17	20	23
Sargentos QP, na reserva, na efetividade, fora das FFAA	5	2	4	9	9	11	13	14
Subtotal (Reserva na efetividade fora da EOFA)	17	13	15	24	25	28	33	37
Oficiais QP, na reserva, fora da efetividade	204	201	175	181	228	227	207	184
Sargentos QP, na reserva, fora da efetividade	360	425	445	479	621	565	496	406
Subtotal (Reserva fora da efetividade)	564	626	620	660	849	792	703	590
Total Geral	7.106	6.978	7.192	7.351	7.336	7.279	7314	7504

Tabela B-2 – Evolução dos Efetivos Militares dos Quadros Permanentes, na EOFA.

Categoria	Efetivo a 31DEZ (na EOFA)											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021*	2022	2023	2024	2025
Oficiais	1.267	1.281	1.301	1.310	1.335	1.283	1.318	1.320	1.263	1.227	1240	1343
Sargentos	2.401	2.404	2.360	2.327	2.236	2.069	2.118	2.020	1.857	1.806	1746	1835
Praças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	41
Totais	3.668	3.685	3.661	3.637	3.571	3.352	3.436	3.340	3.120	3.033	3.026	3.219

* Inclui 37 Oficiais e 105 Sargentos convocados, no âmbito da pandemia COVID-19, para prestar serviço na situação de reserva na efetividade ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 7 do artigo 156º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) conjugado com o disposto no Despacho do CEMFA n.º 73/2020, de 3 de dezembro.

Tabela B-3 – Efetivos na EOFA em 2025 face ao objetivo de 2020

Situação	Existências 2025	Reforma Defesa 2020 *	Diferença	Diferença (%)
	A	B	A-B	A-B
QP /Ativo	3.105	3.744	-639	-17%
QP / Reserva na efetividade de serviço	114	50	64	128%
RC/RCE	1.611	2.341	-730	-31%
Total	4.830	6.135	-1.305	-21%

* Os 6.135 militares previstos na Reforma "Defesa 2020" não acomodam ainda as novas missões, designadamente a Ciberdefesa e o DECIR, que o quadro orgânico/Matriz Estrutural de Pessoal (QOP) contempla.

Tabela B-4 – Efetivos Militares do Quadro Permanente na EOFA

Categoria	Máximos (Reforma Defesa 2020)	Máximos autorizados 2025 (DL 77/2025)	Efetivo (na EOFA)	Diferencial (máximos autorizados vs. existências a 31DEZ25)	
			31DEZ2025	Quantitativos	%
Oficiais	1.599	1520	1343	-177	-12%
Sargentos	2.195	2190	1835	-355	-16%
Praças	0	60	41	-19	-32%
Totais	3.794	3770	3219	-551	-15%

Tabela B-5 – Evolução dos ingressos vs. saídas de pessoal militar dos Quadros Permanentes (inclui os militares a prestar serviço fora da estrutura das Forças Armadas)

Categoria	2020			2021*			2022			2023			2024			2025		
	Ingr.	Saíd.	Dif.	Ingr.	Saíd.	Ingr.	Ingr.	Saíd.	Dif.	Ingr.	Saíd.	Ingr.	Ingr.	Saíd.	Dif.	Ingr.	Saíd.	Ingr.
Oficiais	38	54	-16	47	61	38	38	54	-16	47	61	38	38	54	-16	47	61	38
Sargentos	72	147	-75	0	123	72	72	147	-75	0	123	72	72	147	-75	0	123	72
Praças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	98	267	-169	110	201	98	98	267	-169	110	201	98	98	267	-169	110	201	98

* Em 2021 não existiram ingressos de Sargentos nos QP porque, de acordo com a Portaria n.º 168, de 3 de setembro de 2019, a partir do ano letivo 2020/2021, inclusive, o Curso de Formação de Sargentos passou a ter a duração de quatro semestres letivos.

Tabela B-6 – Admissões autorizadas nos cursos de formação para ingresso nos Quadros Permanentes 2017-2025

Categoria	Curso	Origem dos candidatos	Candidatos admitidos								
			2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Oficiais	Curso de Mestrado em Ciências Militares e Aeronáuticas	Externa e Interna	30	36	32	73	47	51	59	70	70
	Estágio Técnico Militar (Mestrado)	Externa e Interna	1	2	2	2	6	4	3	1	0
	Estágio Técnico Militar (Licenciatura)	Interna	23	27	27	34	11	8	31	166	62
Sargentos	Curso de Formação de Sargentos	Interna	48	63	77	68	70	65	63	60	93
Praças	Quadros Permanentes da Categoria de Praças	Interna	-	-	-	-	-	-	-	60	48
Totais			113	102	113	102	102	128	138	177	134

Tabela B-7 – Evolução dos efetivos de militares em RC, na EOFA

Categoria	Efetivos a 31DEZ (na EOFA)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Oficiais	234	219	244	260	285	277	337	332	343	331	343
Sargentos	0	0	14	55	176	285	276	350	383	458	427
Praças	1.372	1.361	1.191	1.226	944	879	844	815	835	801	841
Totais	1.606	1.580	1.449	1.541	1.405	1.441	1.457	1.497	1.561	1590	1611

Tabela B-8 – Efetivos militares, por categoria, em RC

Categoria	Máximos (Reforma Defesa 2020)	Máximos autorizados 2025 (DL 77/2025)	Efetivo (na EOFA)	Diferencial (máximos autorizados vs. existências a 31DEZ25)	
			31DEZ2025	Quantitativos	%
Oficiais	284	478	343	-135	284
Sargentos	454	528	427	-101	454
Praças	1.603	1.091	841	-250	1.603
Totais	2.341	2.097	1.611	-486	2.341

Tabela B-9 – Ingressos vs. saídas de militares em RC

Categoria	2020			2021*			2022			2023			2024			2025		
	Ingr.	Saíd.	Dif.	Ingr.	Saíd.	Dif.	Ingr.	Saíd.	Dif.	Ingr.	Saíd.	Dif.	Ingr.	Saíd.	Dif.	Ingr.	Saíd.	Dif.
Oficiais	34	13	21	58	25	33	34	13	21	58	25	33	34	13	21	58	25	33
Sargentos	118	2	116	96	5	91	118	2	116	96	5	91	118	2	116	96	5	91
Praças	99	120	-21	24	214	-190	99	120	-21	24	214	-190	99	120	-21	24	214	-190
Totais	251	135	116	178	244	-66	251	135	116	178	244	-66	251	135	116	178	244	-66

Tabela B-10 – Execução do Plano de Incorporações para o ingresso de militares em RC

Categoria	Vagas Planeadas 2025	Execução do Plano de Incorporações RC 2025 a 31DEZ25				
		Incorporações	Taxa de Incorporação	Desistências e Eliminações	Incorporações	Concluíram IC
Oficiais	237	112	Oficiais	237	112	Oficiais
Sargentos	140	118	Sargentos	140	118	Sargentos
Praças	607	261	Praças	607	261	Praças
Totais	984	491	Totais	984	491	Totais

Tabela B-11 – Evolução dos quantitativos de pessoal civil no período 2019-2025

Modalidade de Vinculação	Estrutura Orgânica da Força Aérea	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	-	720	708	708	717	717	681	666
Contratos de Docência	-	2	2	1	0	0	0	0
Contrato de Prestação de Serviços (Avença)	-	6	6	6	5	5	5	5
Requisição (Carreira Docente)	-	2	2	2	0	1	1	1
Totais	1.594	730	718	716	722	723	687	672

Anexo C – Plano de Atividades 2025 (atividades com expressão orçamental)

Tabela C-1 – Execução do Plano de Atividades 2025

Linhas de Ação (LA) / Atividade (A)	Distribuição Orçamental 2025 (€)		
	FAP	DECIR	MHTC
LA0.1 - Reforçar a Capacidade de Resposta Imediata e Flexível	80.525.880	1.898.936	0
A1.1 – Operação dos Sistemas de Armas	1.851.444	0	0
A1.2 – Comando e Controlo Aéreo	20.818.133	0	0
A1.3 – Apoio Direto à Atividade Aérea	1.064.554	0	0
A1.4 – Sustentação dos Sistemas de Armas	56.791.750	1.898.936	0
LA0.2 - Potenciar a Gestão Eficiente dos Recursos Humanos	591.491	0	0
A2.2 – Recrutamento e Seleção	214.686	0	0
A2.3 – Gestão Administrativa	27.670	0	0
A2.4 – Executar a Justiça e Disciplina	1.730	0	0
A2.5 – Ação Social e Assistência Religiosa	44.913	0	0
A2.6 – Apoio Médico e Psicológico	252.723	0	0
A2.7 – Preparação Física e Desportos	49.769	0	0
LA0.3 - Garantir Logística Robusta e Dinâmica	45.706.585	0	0
A3.1 – Gestão de Infraestruturas e Equipamentos	27.249.943	0	0
A3.2 – Assegurar a Função Abastecimento e Intendência	13.956.950	0	0
A3.3 – Assegurar a Função Transporte e Gestão de Viaturas	4.495.176	0	0
A3.4 – Ações de Ajustamento ao Dispositivo Decorrentes da Implementação do Aeroporto Complementar de Lisboa	4.517	0	0
LA0.4 - Fomentar Cultura de Segurança	124.544	0	0
A4.1 - Segurança Rodoviária	619	0	0
A4.2 – Segurança de Voo e Segurança no trabalho	123.925	0	0
LA0.5 - Incrementar Fontes de Financiamento Diversificadas	24.950.002	0	0
A5.1 – Cooperação Bilateral e Multilateral	24.919.507	0	0
A5.2 – Cooperação Técnico-Militar	30.495		
LA0.6 - Otimizar Gestão com uma Organização Adaptativa suportada SI atuais e resilientes	291.490.214	0	0
A6.1 – Gestão Orçamental e Financeira	7.177.623	0	0
A6.2 – Processamento de Abonos	284.312.590	0	0
LA0.7 - Assegurar planos de controlo, inspeções e prevenção e investigação de acidentes	128.054	0	0
A7.1 - Controlo e Inspeção	18.604	0	0
A7.2 - Prevenção e Investigação de Acidentes	3.950	0	0
A7.3 - Segurança Militar	105.500	0	0
LA1.1 - Incrementar a participação em exercícios conjuntos e combinados com forças e meios com vista a aumentar a prontidão, qualificação e adaptação das tripulações para cenários previstos nas missões da Força Aérea	201.788	0	0

Linhas de Ação (LA) / Atividade (A)	Distribuição Orçamental 2025 (€)		
	FAP	DECIR	MHTC
A8.1 - Empenhamento de forças e meios em exercícios conjuntos e combinados	201.788	0	0
LA1.2 - Melhorar a eficácia no emprego das Capacidades Aéreas em operações militares ou em apoio direto à população em cooperação com Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	0	90.197.876	0
A9.1 – Otimizar o modelo de gestão de meios aéreos para o combate a incêndios rurais (DECIR)	0	90.197.876	0
LA1.3 - Promover a imagem da Força Aérea através da divulgação da missão, dos valores, da cultura enaltecendo a importância do cidadão na defesa e ao serviço de Portugal	733.408	0	0
A11.1 - Melhorar a Comunicação Estratégica (STRACOM)	733.408	0	0
LA2.3 - Privilegiar as fontes de energias renováveis e a adoção de práticas amigas do ambiente nos domínios do ar, ruído, água, solo, biodiversidade e habitats naturais	428.160	0	0
A13.1 – Melhoria do desempenho e proteção ambiental	428.160	0	0
LA3.1 - Adequar os modelos de ensino e formação militar às necessidades efetivas da Força Aérea e das estruturas da Defesa Nacional	2.252.083	181.720	1.645.550
A14.1 –Consolidação do Ensino Superior Militar	1.096.049	0	0
A14.2 – Dinamizar a Formação Militar e Técnica	52.019	181.720	0
A14.3 – Ministar Instrução de Pilotagem	7.109	0	1.645.550
A14.4 – Valorização e aumento de competências	1.096.906	0	0
LA4.1 - Promover a transição digital e a desmaterialização de processos explorando técnicas e tecnologias ágeis que facilitem a eficiência e reduzam a pegada e complexidade do processo de tomada de decisão	52.259	0	0
A17.1 – Aumentar a taxa de Sistemas de Informação (SI) modernizados	52.259	0	0
LA4.3 - Dinamizar o envolvimento na transição digital e em projetos inovadores fomentando a cultura da mudança e da melhoria contínua	44.091	0	0
A19.4 – Robustecer a arquitetura tecnológica de suporte aos Sistemas de Informação (SI), nomeadamente nas áreas de ciberdefesa, armazenamento, processamento e postos de trabalho	44.091	0	0
LA5.3 - Aperfeiçoar o modelo de edificação de capacidades baseado numa cultura de gestão de projetos e na aplicação eficaz dos recursos financeiros	173.599.500	26.366.203	0
A22.1 - Identificar oportunidades, promover as candidaturas e acompanhar a execução de projetos da Força Aérea (FA), cofinanciados por fontes de financiamento diversificadas	49.281.837	9.356.597	0
A22.2 – Renovação e Aquisição de Equipamentos para as Capacidades Militares	113.812.314	16.013.173	0
A22.3 – Edificação e Reabilitação das Infraestruturas Militares	10.505.350	996.433	0
Subtotal ...	620.828.059	118.644.735	1.645.550
TOTAL GLOBAL ...	741.118.344		